



CURITIBA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
PREGÃO – SMS**

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026 – SMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA TELESSAÚDE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – COM COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS – ME/EPP/MEI.

ENVIO DE PROPOSTA: a partir da publicação do edital, ou seja, do dia 21/10/2026 até às 09h30min. do dia 06/11/2026.

ENVIO DE LANCES: 06/11/2026 – 09:40 ÀS 10:30 HORAS.

AS PROPOSTAS DEVERÃO SER ENCAMINHADAS VIA INTERNET CONFORME PREVISTO ACIMA.

O EDITAL ESTÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NO PORTAL DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA: www.e-compras.curitiba.pr.gov.br.

INFORMAÇÕES CONTACTAR PELOS FONES: (41) 3350-9968, 3350-9414, 3350-9147, 3350-9951, 3350-9406, 3350-9018 e 3350-9062.

Curitiba, 21 de outubro de 2026

FLAVIA VERNIZI

ADACHI:01979092990

Assinado de forma digital por
FLAVIA VERNIZI
ADACHI:01979092990
Dados: 2026.10.21 10:04:48 -03'00'

**FLAVIA VERNIZI ADACHI
Superintendente Executiva**



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01 – 173249/2026
AUTORIZAÇÃO PARA LICITAR Nº 3423/2026
TIPO PROCESSO: ENTREGA ÚNICA

O Município de Curitiba comunica aos interessados que realizará **PREGÃO ELETRÔNICO DESTINADO À AMPLA PARTICIPAÇÃO COM COTA RESERVADA DE ATÉ 25% PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, cujo edital assim se resume:

OBJETO: “**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA TELESSAÚDE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – COM COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS – ME/EPP/MEI**”, conforme especificações contidas no formulário proposta eletrônico e anexos, partes integrantes deste Edital, à disposição no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

VALOR ESTIMADO: O valor total máximo estimado é de R\$ 4.036.048,86 (quatro milhões, trinta e seis mil, quarenta e oito reais e oitenta e seis centavos).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço

MODO DE DISPUTA: Aberto

PROPOSTAS: As propostas serão recebidas, **exclusivamente**, por meio da Internet, no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba, a partir da publicação do edital **até às 09h30min, horário de Brasília/DF do dia 06 de novembro de 2026**. Não serão aceitas propostas encaminhadas fora do horário determinado nem por outro meio que não seja o Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba.

LANCES: Os lances serão recebidos, **exclusivamente**, por meio da Internet, no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba, no dia **06 de novembro de 2026, das 09h40min às 10h30min, horário de Brasília/DF**.

Curitiba, 21 de novembro de 2026

FLAVIA VERNIZI
ADACHI:01979092
990

Assinado de forma digital por
FLAVIA VERNIZI
ADACHI:01979092990
Dados: 2026.10.21 10:03:02
-03'00'

FLAVIA VERNIZI ADACHI
Superintendente Executiva



1 – INTRODUÇÃO

1.1. O Município de Curitiba torna público que a Secretaria Municipal da Saúde realizará procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, destinado à **ampla participação com cota reservada de até 25% para microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual**, na forma eletrônica, utilizando-se de recursos da tecnologia de informação, no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba www.e-compras.curitiba.pr.gov.br.

1.2. A licitação será do tipo menor preço, conforme autorização para licitar nº 3423/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, Decretos Municipais: nºs 962/2016, alterado pelo Decreto Municipal nº 387/2023, 383/2023, alterado pelo Decreto Municipal nº 1.392/2023, 385/2023, 388/2023, 700/2023, 701/2023, 1.346/2023, 2193/2023 e 2067/2025 de acordo com cláusulas abaixo descritas.

1.3. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

33001.10301.0005.1138.449052.8.0.3.1.499 (FMS)
33001.10301.0005.1138.449052.8.0.3.2.1400 (FMS)
33001.10301.0005.1138.449052.8.0.3.2.490 (FMS)

2 – INDICAÇÃO DA PREGOEIRA E DA EQUIPE DE APOIO

2.1. O pregoeiro e a equipe de apoio designados por meio da **Portaria nº 122/2026 – SMS**, conforme previsto no Decreto Municipal nº 2193/2023 responsáveis pelo presente Pregão Eletrônico são:

Pregoeira: Rafaela de Assis Andrade

Equipe de Apoio:

- Felipe Antonio de Moura
- Lígia Matos de Oliveira

2.2. Na ausência do pregoeiro responsável, o presente Pregão será conduzido e julgado por um dos agentes designados como Equipe de Apoio.

2.3. O julgamento da licitação dar-se-á pelo Pregoeiro com base nas condições previstas em edital, entretanto quando houver necessidade de análise técnica, o setor solicitante ficará responsável por esta análise.

2.4. Ao Pregoeiro não será atribuída responsabilidade pela definição do objeto, demais condições para a licitação, bem como da análise técnica, sendo o julgamento vinculado à manifestação do setor solicitante.

3 – OBJETO DA CONVOCAÇÃO GERAL

3.1. Para fins deste Pregão Eletrônico o objeto se constitui na **"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA TELESSAÚDE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – COM COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS – ME/EPP/MEI"**, conforme especificações contidas neste instrumento, anexos e no formulário-proposta eletrônico, parte(s) integrante(s) deste Edital, à disposição no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

3.2. O formulário-proposta eletrônico está disponível no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba – www.e-compras.curitiba.pr.gov.br, na forma de Lista de Itens do Processo, em que estão descritas as seguintes informações para cada item: número do item, especificações, quantidade, unidade de compra, valor de referência, prazo de entrega, local de entrega, grupo e subgrupo e histórico de preço.

3.3. O objeto cotado deverá estar em conformidade com as condições, exigências e especificações descritas neste Edital, seus anexos e no formulário-proposta eletrônico, bem como os Boletins de Esclarecimentos e Comunicados publicados, os quais são partes integrantes e inseparáveis deste Edital, como se nele estivessem integralmente reproduzidos.

3.4. A distribuição dos itens para a **COM COTA RESERVADA DE ATÉ 25% PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, está disposta no Anexo A do Termo de Referência.

3.5. Compõe esta Convocação Geral, além das condições específicas, os seguintes documentos:

3.5.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO A – DESCRITIVO DOS PRODUTOS

ANEXO B – CONDIÇÕES GERAIS PARA COTAÇÃO

ANEXO C – DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A CLASSIFICAÇÃO DA (S) PROPOSTA (S)

ANEXO D – METODOLOGIA DE ANÁLISE DAS AMOSTRAS E CONDIÇÕES PARA A PROVA DE CONCEITO

ANEXO E – TERMO DE COMPROMETIMENTO DA PROTEÇÃO DE DADOS

3.5.2. ANEXO II – DOCUMENTOS EXIGIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA

3.5.3. ANEXO III – DECLARAÇÕES QUE SERÃO EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO

4 – ESCLARECIMENTOS, COMUNICADOS, OFÍCIOS E IMPUGNAÇÕES

4.1. As dúvidas, informações ou outros elementos necessários ao perfeito entendimento do presente Edital deverão ser dirimidos somente pelo (a) Pregoeiro (a), mediante solicitação por escrito, até **03 (três) dias úteis** antes da data da abertura da sessão pública, ou seja, limitado até às 18:00h do último dia, por meio no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba www.e-compras.curitiba.pr.gov.br ou nos seguintes endereços eletrônicos:

raandrade@sms.curitiba.pr.gov.br

fmoura@sms.curitiba.pr.gov.br

ligoliveira@sms.curitiba.pr.gov.br

cplsms@sms.curitiba.pr.gov.br

4.2. É dever dos interessados acompanhar os Boletins de Esclarecimentos, os Comunicados, as solicitações, os avisos e ofícios publicados e emitidos pelo (a) Pregoeiro (a) no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba pelo site - www.e-compras.curitiba.pr.gov.br, sendo da responsabilidade exclusiva dos licitantes o acompanhamento e a leitura de todos esses documentos. Não serão aceitas reclamações baseadas no desconhecimento do teor desses documentos.

4.3. Para recebimento dos documentos publicados, o licitante deverá cadastrar no site www.e-compras.curitiba.pr.gov.br apenas 1 (um) e-mail válido, que disponibilize acesso de aviso de leitura ou de recebimento.

4.4. Consideram-se lidos os documentos quando o sistema informar o recebimento do e- mail pela empresa ou licitante.

4.5. As solicitações feitas serão atendidas nas seguintes formas:

4.5.1. Boletins de Esclarecimentos – meio pelo qual serão veiculados os atendimentos a todas as dúvidas levantadas, bem como as informações solicitadas pelos interessados, que serão anexados pelo (a) Pregoeiro (a) ou pela Equipe de Apoio no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba - www.e-compras.curitiba.pr.gov.br

4.5.2. Comunicados – informações e notícias referentes a este certame emitidos pelo(a) Pregoeiro(a) ou pela Equipe de Apoio no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba - www.e-compras.curitiba.pr.gov.br

4.5.3. Impugnação – meio pelo qual, nos termos do Decreto Municipal nº 385, de 2023, nos procedimentos de contratações eletrônicas, qualquer interessado poderá, até **03 (três) dias úteis antes da data da abertura da sessão pública**, impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, cuja impugnação deverá se dar por meio de acesso eletrônico através do site www.e-compras.curitiba.pr.gov.br. Sendo que data e horário limite é o previsto no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba - www.e-compras.curitiba.pr.gov.br.

4.5.4. Ofícios – comunicação escrita formal. Documento que representa a comunicação oficial do remetente para o destinatário, pois usa do canal escolhido pela lei ou pelas partes para esse fim com o propósito de fazer uma solicitação ou reivindicação oficial.

4.5.4.1. Os ofícios disponibilizados no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba - www.e-compras.curitiba.pr.gov.br, por se tratar de uma comunicação oficial, entre o(a) pregoeiro(a) e o licitante, durante o julgamento do certame serão visualizados apenas pelo licitante informado neste ofício

4.6. O sistema e-Compras enviará automaticamente, para o endereço de e-mail registrado pela licitante, no cadastro de fornecedores, um e-mail toda vez que for inserido no portal e-Compras os documentos descritos nos itens 4.5.1., 4.5.2. e 4.5.4.

4.7. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.8. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento tem efeito vinculante.

4.9. Caso não seja possível a análise e julgamento da impugnação ou do pedido de esclarecimento no prazo legal, a licitação poderá ser suspensa por determinação da autoridade máxima do órgão promotor, a fim de evitar prejuízos ao atendimento do prazo legal.

4.10. Acolhida a petição, será designada nova data para a realização do certame, respeitando o prazo mínimo legal de publicidade.

4.11. Não acolhida a petição, e estando a licitação suspensa, será designada nova data para realização do certame, considerando, no mínimo, o prazo residual.

4.12. Qualquer solicitação feita fora do prazo previsto no item **4.1** será considerada intempestiva.

5 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. A participação neste Pregão Eletrônico importa à proponente irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância da legislação em vigor, dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive, quanto a recursos.

5.2. Poderão participar da presente Licitação:

5.2.1. **Pessoas jurídicas de qualquer porte, pessoas físicas ou microempreendedores individuais** que:

- a) Satisfazam integralmente as condições deste Edital;
- b) Estejam cadastradas no sistema e-Compras Curitiba (www.compras.curitiba.pr.gov.br) e;
- c) Estejam regularmente estabelecidos no país, cuja finalidade e ramo de atuação principal estejam incorporados ao objeto do presente Pregão Eletrônico e que execute atividade pertinente e compatível com este objeto.

5.2.2. A obtenção do benefício previsto nos Decretos nºs 962/2016 e 387/2023, bem como na Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às ME e EPP que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite na licitação.

5.2.3. Será concedido tratamento favorecido para MEIs e EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16, da Lei Federal nº 14.133/2021, para agricultor familiar, o produtor pessoa física e para o MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

5.3. Em atendimento ao disposto no artigo 48, III da Lei Complementar nº123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, os itens relacionados no Anexo A (DESCRIPTIVO DOS PRODUTOS) e identificado(s) como "COTA RESERVADA DE ATÉ 25% – ME/EPP/MEI" são destinados à participação de microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual, que correspondem à cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades de cada item do objeto licitado, sem prejuízo da sua participação na cota principal.

5.3.1. Caso alguma empresa de Grande Porte participe somente dos itens da cota reservada, os mesmos serão desclassificados.

5.4. Os itens relacionados no Anexo A (DESCRIPTIVO DOS PRODUTOS) e identificado(s) como "COTA PRINCIPAL DE ATÉ 75%", correspondem à cota principal de até 75% (setenta e cinco por cento) das quantidades de cada item do objeto licitado, ficando aberta a livre participação de todas as empresas interessadas, que atendam ao exigido no edital.

5.5. Para os itens: (01 e 08), (02 e 07), (03 e 05), (04 e 09) e (06 e 10), caso a mesma empresa seja vencedora de ambos os itens, prevalecerá o menor preço ofertado.

5.6. Se não houver vencedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, capaz de cumprir as exigências estabelecidas no Edital de Embasamento relativamente ao(s) item(ns) a ela reservado, este(s) poderá(ão) ser adjudicado(s) ao(s) licitante(s) vencedor(es) da cota principal ou, diante de sua recusa, ao(s) licitante(s) remanescente(s), desde que:

5.6.1. A empresa vencedora ou o(s) licitante(s) remanescente(s) da cota principal tenha(m) registrado proposta para o(s) referido(s) item(ns) no sistema e-compras para cota reservada.

5.6.2. O(s) licitante(s) remanescente(s) pratiquem o preço da empresa primeira colocada da cota principal para cada item.

5.7. O(s) item(ns) da cota reservada só poderá(ão) ser adjudicado(s) por empresa(s) de grande porte, quando a empresa de grande porte for a vencedora da cota principal ou, diante de sua recusa, ao(s) licitante(s) remanescente(s) de acordo com o previsto no item 5.6. e seus subitens. **Os demais licitantes que não se enquadram nesta regra terão seus itens desclassificados.**

5.8. Nos procedimentos eletrônicos de contratação municipal decorrentes de procedimento licitatório o interessado deve estar cadastrado para o grupo e subgrupo do objeto da licitação em que tenha interesse de participar, nos termos do Decreto Municipal nº 388/2023.

5.8.1. Somente estarão disponíveis os itens em que o participante estiver cadastrado para o grupo e subgrupo indicado no sistema eletrônico de compras e compatível com seu objeto mercantil.

5.9. O interessado enquadrado na condição de microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual as sociedades cooperativas mencionada no art. 16, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o agricultor familiar, o produtor pessoa física, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverão, no momento do cadastramento no sistema e-Compras Curitiba, fazer a opção de seu enquadramento fiscal para possibilitar a aplicação das disposições da legislação específica.

5.9.1. A ausência de identificação como microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual impedirá que o sistema e-Compras Curitiba identifique o benefício previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006 e demais normas correlatas.

5.9.2. A identificação inadequada no enquadramento na definição legal reservada à microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual configura fraude no certame, sujeitando o licitante à aplicação de penalidade.

5.10. Não poderão participar desta licitação:

I. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

II. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

III. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;

IV. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

V. microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que se utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

VI. os licitantes que se enquadrem no previsto do § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123, de 2006;

VII. empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer esfera federativa ou suspensas de licitar ou impedidas de contratar com o Município de Curitiba, enquanto durarem os efeitos da sanção;

VIII. nenhum servidor efetivo, empregado público ou comissionado da Administração direta e indireta do Município poderá ser diretor, proprietário, controlador ou integrar conselho diretivo de empresa fornecedora ou que realize qualquer modalidade de contrato com o Município, nos termos do art. 98 da Lei Orgânica do Município;

a) A vedação a que se refere o item VIII aplica-se desde o período em que se inicia a fase preparatória do processo de contratação e se estende ao cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, quando se tratar de servidor efetivo, empregado público ou comissionado que atue na formalização do contrato como dirigente ou ordenador de despesa do órgão ou entidade contratante, e ainda aquele que desempenhe função na licitação, na fiscalização ou na gestão contratual;

b) A infração às proibições contidas no item VIII será apurada para os fins previstos em lei;

IX. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746, de 2014-TCU-Plenário);

X. enquanto mantiverem vínculo com a administração pública municipal ou antes de decorridos 180 (cento e oitenta) dias após findo o respectivo vínculo, os Secretários Municipais, o Procurador Geral do Município, os Presidentes de Entidades da Administração indireta municipal e os ocupantes de funções que possibilitem ordenação de despesas públicas, bem como seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, não poderão ser diretor, proprietário, controlador ou integrar conselho de empresa fornecedora ou que firme qualquer modalidade de contrato com o Município.

5.10.1. As vedações a que se referem os incisos IV e VIII aplicam-se desde o período em que se inicia a fase preparatória do processo de contratação.

5.11. Nesta licitação não será aceita a participação de empresas em consórcio.

5.12. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.

6 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. As propostas de preços serão recebidas, exclusivamente, por meio da internet, no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba, www.e-compras.curitiba.pr.gov.br, a partir da publicação do edital **até às 09h30min do dia 06 de novembro de 2026**.

6.2. Para acessar o formulário para o envio da proposta, os interessados deverão entrar no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba, www.e-compras.curitiba.pr.gov.br, e digitar o seu login e a sua senha de acesso ao sistema e-Compras Curitiba.

6.3. O envio de proposta para este Pregão Eletrônico será considerado como evidência de que o interessado:

- a) examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e seus Anexos e quaisquer outros publicados; que os comparou entre si e obteve do Pregoeiro informações escritas sobre qualquer ponto duvidoso antes de apresentá-la;
- b) assume integral responsabilidade pela entrega/execução do objeto licitado, se vencedor da licitação;
- c) considerou que os elementos desta licitação lhe permitem a elaboração de proposta totalmente satisfatória;
- d) incluiu nos preços apresentados todas as despesas e encargos necessários para a execução do objeto licitado.

6.4. No momento do envio da proposta no sistema e-Compras Curitiba os interessados deverão dar o “aceite” às condições estabelecidas no regulamento do presente Pregão Eletrônico, momento em que declara:

- a) que conhece e aceita o regulamento do Sistema e-Compras Curitiba;
- b) a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- c) que não foi declarado inidôneo por qualquer esfera federativa e de que não está suspenso de licitar ou impedido de contratar com o Município;
- d) a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- e) o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
- f) o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital;
- g) o enquadramento nas condições previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- h) o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, se couber;
- i) cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que estipula a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- j) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- k) o licitante organizado em cooperativa declara que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais.

6.5.1. O(A) pregoeiro(a) poderá a qualquer momento solicitar a comprovação das declarações realizadas.

6.6. Para a formação da oferta o interessado deverá observar as condições e exigências descritas neste Edital e nela incluir todos os custos, despesas, tributos, transporte (inclusive carga e descarga até o local de destino e seguro de transporte, se houver) e todo e qualquer encargo que incidir sobre o objeto.

6.7. Após o preenchimento dos campos da marca, do modelo e do preço, os interessados deverão enviar as suas propostas, que permanecerão criptografadas e invioladas até o momento da abertura da sessão para o envio dos lances.

6.8. A licitante não poderá indicar mais de uma marca para o mesmo item. A indicação de mais de uma marca acarretará na desclassificação do item.

6.9. Caso ocorra a suspensão da abertura do processo licitatório, as propostas recebidas até o momento da suspensão serão excluídas pelo sistema e-compras, sendo que as interessadas em participar do Pregão deverão encaminhar novamente suas propostas, após a indicação da nova data de recebimento de propostas.

6.9.1. Enquanto o processo estiver suspenso o sistema não receberá nenhuma proposta.

6.10. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

6.11. Caso o preço máximo esteja sendo indicado na tela pelo(a) Pregoeiro(a), as propostas deverão a ele se limitar,

sob pena de recusa pelo sistema e desclassificação da proposta.

6.12. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

6.12.1. O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de seu envio.

6.12.2. Todos os elementos contidos na proposta têm efeito vinculante à licitante que a enviou.

6.13. Não será aceita:

6.13.1. carta ou outro meio de comunicação informando engano, erro ou omissão no envio da proposta cometido pelo fornecedor, por seu funcionário ou agente a quem esta tarefa tenha sido delegada e

6.13.2. proposta enviada ao (a) pregoeiro(a), por outro meio que não o eletrônico, quer seja via postal ou outra fora das condições estabelecidas no item **6.1**;

6.14. Todas as propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

6.15. Após a apresentação das propostas, o sistema ordenará automaticamente aquelas classificadas provisoriamente para a participação da etapa de lances.

7 – APRESENTAÇÃO DOS LANCES

7.1. Os licitantes que apresentaram proposta poderão participar da fase de lances com lances sucessivos, no horário fixado para abertura da sessão pública, nos termos do Decreto Municipal 385, de 2023.

7.2. Os lances serão recebidos, exclusivamente, no dia **06 de novembro de 2026 das 09h40min às 10h30min.**, por meio do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba - www.e-compras.curitiba.pr.gov.br.

7.3. O presente Pregão será pelo modo de disputa "ABERTO".

7.4. Os lances deverão ser ofertados a partir do menor preço proposto. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para o envio, sendo responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome durante a sessão, assumindo seus lances como firmes e verdadeiros.

7.5. Os lances deverão ser inferiores ao último valor apresentado ou de mesmo valor.

7.6. Encerrado o certame, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.7. Neste Pregão Eletrônico serão aceitos lances intermediários.

7.7.1. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superior ao lance registrado, mas inferior ao último lance por ele ofertado, tendo em vista que o critério de julgamento menor preço conforme item 8 deste Edital.

7.7.1.1. O lance intermediário é quando o licitante não tendo interesse ou não podendo baixar o seu lance relativamente ao primeiro colocado, oferta um lance com valor igual ou superior ao lance registrado, mas inferior ao último lance por ele mesmo ofertado (inferior ao seu próprio lance).

7.8. Neste processo não será aplicado o previsto no §4º do art. 56 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e §6º do art. 20 do Decreto Municipal nº. 385/2023, ou seja, após a definição da melhor proposta, não haverá reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.9. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante até o final da fase de lances.

7.10. Se constatada na etapa de envio de lance a inviabilidade de manutenção do preço ofertado, este poderá ser cancelado a pedido do licitante ou a critério do(a) pregoeiro(a), mediante motivação.

7.11. O sistema e-Compras Curitiba fará a avaliação das propostas e informará na tela para envio dos lances os menores preços propostos, sem identificar os seus detentores. Os lances deverão ser ofertados a partir do menor preço.

7.12. No lance, o interessado deverá observar as condições e exigências descritas neste Edital e nele incluir todos os custos, despesas, tributos, transporte (carga e descarga até o local de destino e seguro de transporte, se houver) e todo e qualquer encargo que incidir sobre o objeto.

7.13. Havendo empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no art. 104 do Decreto Municipal nº 385, de 2023.

7.13.1. Os licitantes empatados podem apresentar, em **até 30 minutos** após a classificação, nova proposta final para desempate, conforme §1º, do art. 104, do Decreto Municipal 385, de 2023.

7.14. Após a etapa de envio de lances, o sistema eletrônico ordenará de acordo com a classificação para o início da fase de negociação.

7.14.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.14.2. Na negociação, o(a) pregoeiro(a) encaminhará contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para obtenção de condições mais vantajosas, atendendo às condições do edital.

7.14.3. O prazo para envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação e, se for o caso, dos documentos complementares relativos aos valores negociados, deverá ser de **02 (duas) horas** contadas da solicitação do(a) pregoeiro(a) no sistema.

7.15. Encerrada a fase competitiva no sistema eletrônico, o Pregoeiro e a equipe de apoio iniciarão a etapa de julgamento.

7.16. Após o encerramento da sessão de envio dos lances, será informada a lista dos licitantes classificados com os melhores lances no certame, que estará disponível no site: www.e-compras.curitiba.pr.gov.br, no histórico de lances.

7.17. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade dos lances ofertados, aos quais fica vinculada.

7.18. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública virtual, sendo de sua responsabilidade o ônus decorrente da perda de negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.19. As referências a horários no edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão, obrigatoriamente, o horário oficial de Brasília - DF e serão registradas no sistema eletrônico e a documentação relativa ao certame.

7.20. A data para a divulgação do resultado de julgamento será informada pelo Pregoeiro durante a sessão de lances, no "chat" de conversação ou por meio de Comunicado disponibilizado no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba - sistema e-Compras Curitiba - www.e-compras.curitiba.pr.gov.br, sendo da responsabilidade única e exclusiva das empresas interessadas o acompanhamento da data.

8 – JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1. O presente Pregão Eletrônico é do tipo "**menor preço**".

8.1.1. O julgamento será feito pelo **menor preço por item**.

8.2. Para os itens da **cota reservada à microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual**, os quais estão descritos no **Anexo A (DESCRIPTIVO DOS PRODUTOS)** e identificado(s) como "**COTA RESERVADA DE ATÉ 25% – ME/EPP/MEI**", não havendo vencedor, o objeto poderá ser adjudicado ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, conforme disposto no item 5.6. e seus subitens deste edital.

8.2.1. Caso alguma empresa de Grande Porte participe somente dos itens da cota reservada, os mesmos serão desclassificados.

8.2.2. Se a mesma licitante vencer a Cota Reservada e a Cota Principal, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado pela referida empresa.

8.3. Serão desclassificadas as propostas que:

- I. contiverem vícios insanáveis;
- II. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital e nos seus anexos;
- III. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem em desacordo com o orçamento estimado para a contratação;
- IV. não tiverem sua exequibilidade demonstrada quando exigido pela Administração;
- V. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanáveis.

8.4. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

8.5. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.6. Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do Edital e estando seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita e, mesmo nesta hipótese, o Pregoeiro poderá negociar, visando à obtenção de condições mais vantajosas à Administração Pública.

8.7. O(A) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à sua adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado pela Administração, nos termos da legislação vigente.

9 – PROCEDIMENTOS APÓS A FASE DE LANCES PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

9.1. No presente certame, em havendo empate ficto como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e Decreto Municipal nº 962/2016 e suas alterações.

9.2. Entende-se por empate, neste certame, as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

9.2.1. No caso das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se enquadram no empate ficto, deram o aceite e enviaram lances, para efeito de julgamento, serão consideradas aquelas que possuíam o menor valor durante a fase de lances.

9.3. Quando houver empate ficto, após a fase de lances, o sistema eletrônico de compras do Município de Curitiba fará a validação automática das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos do Decreto Municipal nº 962/2016 e alterações.

9.4. Os procedimentos a serem adotados, no sistema de compras eletrônicas da Prefeitura Municipal de Curitiba, quando ocorrer empate ficto, serão os seguintes, conforme Decreto Municipal nº 962/2016:

9.4.1. O Sistema e-Compras Curitiba solicitará para os licitantes MEs, EPPs e MEIs que se enquadram no empate ficto, o aceite das condições estabelecidas para envio dos novos lances menores do que o melhor preço classificado. O tempo para dar o aceite será de 5 (cinco) minutos, a partir do horário de encerramento da sessão de lance do processo.

9.4.2. Após o aceite por parte das MEs, EPPs e MEIs, o tempo para o envio dos novos lances será de acordo com o número de ITENS de cada processo, conforme descrito abaixo:

- a) De 01 a 10 itens: 5 (cinco) minutos;
- b) De 11 a 30 itens: 15 (quinze) minutos;
- c) Mais de 31 itens: 30 (trinta) minutos.

9.5. Na hipótese de o licitante classificado no empate ficto for desclassificado ou inabilitado, o(a) pregoeiro(a) examinará as propostas subsequentes e assim sucessivamente até onde ocorrer o empate ficto de 5%, as MEs, EPP e as MEIs terão preferência de acordo com a LC 123, de 2006.

9.5.1. Só será classificado o licitante que aceite a oferecer proposta inferior àquela considerada o melhor valor do certame.

9.6. Caso não haja empate ficto ou se a vencedora for uma Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, o julgamento será feito na ordem de classificação obtida na relação das empresas classificadas após o término da sessão de lances.

9.7. Na hipótese de haver valores idênticos ofertados por MEs, EPP e MEIs, será procedido ao sorteio para definição da ordem final de classificação.

9.8. Não havendo a contratação nos termos previstos no caput do art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006 e alterações o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10 – DAS AMOSTRAS, LAUDOS E DESCRITIVOS TÉCNICOS

10.1. A empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar, quando solicitado, amostra completa, no prazo previsto no Termo de Referência. As amostras deverão ser entregues no endereço a ser indicado no documento enviado pelo Pregoeiro.

10.2. Será solicitado aos licitantes a apresentação de catálogo, manual ou documento equivalente do equipamento ou descritivo técnico detalhado, a apresentação deverá ser efetuada conforme previsto no Termo de Referência.

10.3. As condições e prazos referentes à apresentação das amostras, catálogo, manual ou documento equivalente do equipamento ou descritivo técnico detalhado encontram-se descritas no item 6 do Termo de Referência (Anexo I).

10.4. Nesta licitação será exigida Prova de Conceito conforme regras estabelecidas no Anexo D do Termo de Referência.

11 – JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

11.1. Para a habilitação serão observadas as disposições constantes no art. 62 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133/2021 (Capítulo VI) juntamente com as condições previstas neste edital e as diretrizes estabelecidas no Decreto Municipal nº 388/2023 e no Decreto Municipal nº 2067/2025.

11.2. Para a habilitação serão exigidos os documentos previstos no art. 2º do Decreto Municipal nº 2067/2025, os quais são necessários e suficientes, para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação:

11.2.1. Na fase de habilitação serão analisados os documentos relativos à qualificação jurídica, à qualificação técnica e à regularidade fiscal, social e trabalhista, referentes à licitante classificada com o melhor lance, nos termos do Decreto Municipal nº 388/2023 e do Decreto Municipal nº 2067/2025 e dos que os substituírem.

11.3. A documentação exigida para fins de habilitação referente à qualificação jurídica, fiscal, social e trabalhista da(s) licitante(s) melhor classificadas poderá ser:

11.3.1. substituída pelo registro cadastral do Município de Curitiba, **caso a licitante possua cadastro no Município.** A(O) pregoeira(o) verificará o documento denominado "Relação de Fornecedor", disponível no Serviço de Cadastro de Fornecedores do Município de Curitiba, cujo acesso dar-se-á no sistema e-Compras: www.e-compras.curitiba.pr.gov.br, em que se consultará a validade dos documentos.

a) Caso os documentos estejam vencidos, a(o) pregoeira(o) deverá notificar o licitante concedendo o prazo de 02 (dois) dias úteis para regularização e atualização dos documentos no Cadastro de Fornecedores do sistema e-compras, conforme previsto no § 1º do Art. 14 do Decreto Municipal nº 2067/2025. O não atendimento às solicitações implicará o previsto no § 2º do Art. 14 do Decreto Municipal nº 2067/2025;

b) A(O) pregoeira(o) poderá habilitar o licitante caso os documentos estejam vencidos, mas passíveis de verificação de validade na *internet*.

11.3.1.1. O documento denominado "Relação de Fornecedor" será emitido pela(o) pregoeira(o) e inserido ao processo licitatório.

11.3.2. solicitada pela(o) pregoeira(o) por Ofício, após análise das propostas, **caso a licitante não possua cadastro no Município.** O licitante deverá apresentar os documentos exigidos no Decreto Municipal nº 2067/2025, referente a qualificação jurídica, fiscal, social e trabalhista, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da respectiva notificação.

11.3.2.1. O não atendimento às solicitações dentro dos prazos e limites estabelecidos implicará a inabilitação do licitante.

11.4. Para a habilitação também serão exigidas todas as declarações previstas no Decreto Municipal nº 2067/2025, as quais serão solicitadas pela(o) pregoeira(o) por Ofício, após análise das propostas e deverão ser encaminhadas no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da respectiva notificação.

11.5. Não será exigida a comprovação da qualificação econômico-financeira, pois trata-se de licitação para aquisição de bens de entrega imediata.

11.5.1. A supressão dos requisitos da comprovação da qualificação econômico-financeira está prevista no Art. 10 Decreto Municipal nº 2067/2025 e inciso III do Art. 70 da Lei 14.133/2021.

11.6. O Microempreendedor Individual - MEI não tem a obrigação de produzir e apresentar os balanços patrimoniais.

11.7. Se o licitante mais bem classificado for inabilitado, será, sucessivamente, avaliada a habilitação dos licitantes subsequentes, na ordem de classificação.

11.8. É de responsabilidade do licitante a manutenção dos documentos da habilitação e demais documentos requeridos no edital atualizados durante todo o período da contratação, nos termos do Decreto 388/2023.

11.9. A microempresa ou a empresa de pequeno porte e o microempreendedor individual é responsável por solicitar seu desenquadramento de acordo com o art. 8º, §3º do Decreto Municipal nº 2067/2025, quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos em lei.

11.10. Os documentos exigidos, além dos previstos para o cadastramento e que não tiverem em seu texto o prazo de validade, deverão ser apresentados com **expedição máxima de três meses**, a contar da data de sua emissão.

11.10.1. Excetuam-se da regra de prazo prevista no item 11.10. os atestados de capacidade técnica.

11.10.2. O prazo previsto no item 11.10. poderá ser diverso, se houver norma específica contendo prazo diferenciado para validade de determinados documentos.

11.11. Além dos documentos constantes da Relação de Fornecedor, poderão ser exigidos outros documentos relacionados neste Edital e no Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

11.11.1. Para os documentos exigidos no Edital ou no Termo de Referência que não estejam contemplados no cadastro, o(a) pregoeiro(a) concederá prazo de, no mínimo, 24 horas para a apresentação, findo o qual sem que tenham sido apresentados, haverá a inabilitação do licitante.

11.12. Na fase do julgamento da habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

11.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

11.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.13. Na análise dos documentos de habilitação, poderão ser sanados erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12 – CONDIÇÕES EXCLUSIVAS PARA A HABILITAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

12.1. Para a habilitação das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, serão observadas as disposições constantes neste edital e as diretrizes estabelecidas nos Decretos Municipais nºs 388/2023 e 2067/2025.

12.2. As microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se enquadrarem nesta condição deverão estar com a documentação, no momento da habilitação, devidamente atualizada no Cadastro de Fornecedores da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoal e Tecnologia de Informação (SMAP), acessando o Portal e-Compras: www.e-compras.curitiba.pr.gov.br.

12.3. A microempresa, a empresa de pequeno porte e o microempreendedor individual são responsáveis por solicitar seu desenquadramento de acordo com o art. 8º, § 3º, do Decreto Municipal nº 2067/2025, quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos em lei.

12.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista do licitante mais bem classificado, o(a) pregoeiro(a) solicitará a regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação, prorrogáveis por igual período, conforme art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

12.4.1. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções, nos termos da legislação vigente, podendo a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, nos termos da legislação vigente.

13 – RECURSOS

13.1. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, nos termos dos artigos 165 e 168, cabem recurso e pedido de reconsideração.

13.2. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.3. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação do resultado do julgamento.

13.4. A apreciação dos recursos dar-se-á em fase única.

13.5. O licitante que tiver interesse em recorrer do resultado divulgado no site www.ecompras.curitiba.pr.gov.br deverá manifestar a sua intenção, em **até 20 (vinte) minutos** após a publicação do resultado de julgamento, abrindo-se, então, o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação de recurso nos termos do Decreto Municipal nº 385/2023.

13.5.1. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início após a finalização do prazo recursal e divulgação do comunicado da interposição do recurso pelo Pregoeiro.

13.5.1.1. A data e o horário limites para apresentação das manifestações de intenção de recurso, dos recursos administrativos e das contrarrazões são os previstos no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba - www.e-compras.curitiba.pr.gov.br.

13.5.2. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.5.3. As manifestações de intenção de recurso, os recursos administrativos e as contrarrazões deverão ser encaminhados pelo site www.e-compras.curitiba.pr.gov.br.

13.6. Não serão conhecidas a intenção de recorrer ou as razões recursais que não tenham sido encaminhadas dentro do prazo legal.

13.7. A ausência de manifestação do licitante dentro do prazo estabelecido importará na decadência do direito de recurso.

13.8. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade máxima superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.8.1. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente poderá ser auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico e pelas áreas técnicas, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-las com as informações necessárias, nos limites de suas competências.

13.9. Não havendo manifestação de interesse em interpor recurso, o processo será encaminhado à autoridade competente para a adjudicação e a homologação.

13.10. Decididos os recursos, conforme avaliação do mérito, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará a licitação.

14 – DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade máxima do órgão promotor, que poderá:

- I. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.2. Nos casos de anulação e revogação da licitação deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15 – DO EMPENHO OU AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

15.1. É dever do licitante verificar todas as Notas de Empenho/Autorização de Fornecimento no sistema e-Compras Curitiba, conforme Decreto Municipal nº 1.603/2009.

15.2. As consultas devem ser realizadas no sistema e-Compras Curitiba, no menu do portal personalizado "Relatórios e Empenhos/Autorização de Fornecimento".

15.3. A aceitação do empenho pela vencedora da licitação após o prazo de validade da proposta importa em prorrogação tácita do prazo da proposta, que não desonera o licitante de dar cumprimento aos prazos previstos para entrega do

objeto. Eventual atraso no cumprimento das obrigações será passível de penalização, nos termos deste edital.

16 – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1. A gestão dessa aquisição será acompanhada e fiscalizada conforme está previsto no Termo de Referência, anexo a este edital.

16.2. Ficam os gestores e fiscais proibidos de intervir indevidamente na gestão interna do contratado.

16.3. É vedada à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração do contratado, nos termos do art. 70 do Decreto Municipal nº 700, de 2023.

16.4. Ficam designados como Gestor e Suplente da contratação decorrente deste Pregão Eletrônico e para o exercício das atribuições constantes no Decreto Municipal nº 700, de 2023 e demais legislações pertinentes, os respectivos servidores: Gestora Sra. Audrey Cristiane Panek, matrícula nº 74858 e Suplente Sra. Leticia Brandalise Moletta, matrícula nº 144.458.

16.5. Para este Pregão Eletrônico foi dispensada a indicação de Fiscal. A informação referente a não indicação de fiscal está descrita no Termo de Referência.

17 – DA ENTREGA DO OBJETO

17.1. Os prazos e os métodos para a realização da entrega estão definidos no Termo de Referência, anexo a este edital.

18 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1. As condições referentes ao pagamento da Contratada são as descritas no Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

18.2. Após a execução do objeto contratado, a Contratada deverá formalizar o pedido de pagamento via Sistema PROCEC PAGAMENTOS, através do seguinte endereço eletrônico: <https://procecpagamentos.curitiba.pr.gov.br/>.

18.3. Os procedimentos e a forma de acesso ao PROCEC PAGAMENTOS estão disponíveis no Guia de Serviços, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/procec-pagamentos/777>.

19 – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

19.1. As regras e condições sobre reajuste e revisão estão em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 700/2023 e 701/2023 e disposições contidas no **Termo de Referência**, parte integrante deste edital.

20 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Na Licitação:

20.1.1. Observado o direito ao contraditório e à ampla defesa, o licitante será responsabilizado administrativamente pelo descumprimento de qualquer condição estabelecida neste edital e pelo cometimento das infrações a que der causa, tais como:

- I.deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- II.não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- III.não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV.apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento;
- V.fraudar a licitação;
- VI.praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- VII.praticar ato lesivo fundado em violação à Lei Anticorrupção previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013;
- VIII.comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

20.1.2. Pelas infrações cometidas pelo licitante serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

- I.advertência;
- II.multa;
- III.impedimento de licitar e contratar;
- IV.declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.1.3. A multa será recolhida no seguinte percentual, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da intimação:

- I. Para as infrações previstas nos incisos I a III do item 20.1.1., a multa será de 15% (quinze por cento), do valor da contratação.
- II. Para as infrações previstas nos incisos IV a VIII do item 20.1.1., a multa será de 30% (trinta por cento), do valor da contratação.
- III. A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções, nos termos do parágrafo único do art. 162 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

20.1.4. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes condutas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

20.1.5. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa;
- b) fraudar a licitação;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

20.1.6. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

20.1.7. Os efeitos da aplicação da penalidade e o procedimento para a sua aplicação decorrente de infração cometida no curso do procedimento licitatório seguirá o rito previsto no Decreto Municipal nº 700, de 2023.

20.2. Na execução do contrato:

20.2.1. As infrações e sanções relativas à execução do contrato estão previstas no Termo de Referência.

21 – DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Reserva-se à autoridade competente o direito de revogar, no todo ou em parte, a presente licitação, visando ao interesse da Administração, devendo anulá-la por ilegalidade, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.2. Caso, no dia previsto para o recebimento das propostas ou recebimento dos lances, não haja expediente no órgão em que se realiza a licitação, esta será suspensa e o Pregoeiro emitirá Comunicado no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba – www.e-compras.curitiba.pr.gov.br -, informando a nova data para o recebimento das propostas ou dos lances e os interessados cadastrados no e-Compras Curitiba nos grupos e subgrupos do objeto desta licitação receberão o Comunicado via e-mail.

21.3. No caso de desconexão do sistema de informática do órgão que realiza a licitação no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no processo, sem prejuízo dos atos realizados.

21.3.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício após 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes no Portal de Compras

do Município de Curitiba ou comunicação expressa às empresas via correspondência eletrônica, que deve acontecer no prazo máximo de 2 (duas) horas úteis após a solução do problema pelos técnicos.

21.4. Ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio é facultado solicitar dos proponentes esclarecimentos com relação aos documentos ou objeto apresentados, bem como promover diligências ou solicitar pareceres técnicos destinados a instruir o processo.

21.5. A qualquer tempo, o Pregoeiro poderá consultar na página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e no PNCP o cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública de que trata a Instrução Normativa TCE/PR nº 156/2020 ou outros cadastros similares.

21.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

21.6.1. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.8. O Pregoeiro poderá inabilitar o participante, desclassificar a proposta ou mesmo desqualificar o licitante, a qualquer tempo, no caso de conhecimento de fatos ou circunstâncias supervenientes, que demonstrem descumprimento às condições deste edital e das normas aplicáveis por parte do licitante ou de seus sócios.

21.9. Os documentos entregues por *e-mail* ou Ofício, se o Pregoeiro entender necessário, deverão ser apresentados em original.

21.10. O licitante que causar impedimentos ao normal e legal andamento desta licitação, além das sanções legais previstas, será responsabilizado civilmente pelos danos e prejuízos causados ao Município derivados da não conclusão do processo licitatório.

21.11. Conforme artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, a oferta e a apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e à segurança dos consumidores.

21.12. O licitante e a Contratada devem observar e fazer observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

21.13. Para os propósitos do item anterior, definem-se as seguintes práticas:

- a. "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b. "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c. "**prática colusiva**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d. "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e. "**prática obstrutiva**": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21.14. Nos casos em que for constatada a prática de atos contra a Administração, será aplicável o Decreto Municipal nº 1.671/2019, que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a Lei Federal nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública Municipal e dá outras providências.

21.15. O licitante declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e do Decreto Municipal nº 31/2026, ou outro que porventura o substitua, obrigando-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação e no Contrato, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Contratante e envolvidos nesta contratação.

21.16. Competem ao Contratante as decisões referentes ao Tratamento de Dados Pessoais, devendo fornecer, tempestivamente, todos os meios para o regular desempenho das atividades da Contratada, principalmente informações

e documentos necessários ao bom e fiel cumprimento do Contrato. O Contratante e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

21.17. Os atos essenciais da licitação, inclusive os decorrentes de meio eletrônico, serão documentados e juntados no respectivo processo administrativo eletrônico e disponibilizados no site do Município de Curitiba.

21.18. É dever dos interessados acompanhar todas as informações disponibilizadas no Portal de Compras do Município de Curitiba, que serão considerados cientes e intimados, a partir da disponibilização da informação, ficando responsáveis pelo ônus decorrente da perda de informações, diante da inobservância de quaisquer mensagens publicadas pelo agente operador do certame.

21.19. Os arquivos e os registros digitais relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

21.20. A Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, encontram-se disponíveis para consulta dos interessados no ícone "Legislação" no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba – www.e-compras.curitiba.pr.gov.br ou no **link:** <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/regulamentacao-municipal-lei-federal-de-licitacoes-n-141332021/3414>

21.21. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.22. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município de Curitiba.

21.23. Os atos decorrentes das licitações serão publicados no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), no Portal de Compras do Município de Curitiba e no Diário Oficial Eletrônico – Atos do Município de Curitiba.

21.23.1. Após a homologação, os documentos que integram o processo licitatório serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Compras do Município de Curitiba.

21.24. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá o que consta neste edital.

21.25. Os casos omissos neste edital, referentes aos procedimentos operacionais da licitação, serão resolvidos pelo Pregoeiro designado para a condução do presente Pregão Eletrônico.

21.26. Dúvidas com relação ao sistema e-Compras, ligar para o Suporte e-Compras Curitiba, através dos telefones: (41) 3350-9020, 3350-9019, 3350-9006 ou 3350-9994.

Curitiba, 21 de outubro de 2026

FLAVIA VERNIZI
ADACHI:019790929
90

Assinado de forma digital por
FLAVIA VERNIZI
ADACHI:01979092990
Dados: 2026.10.21 10:03:37
+03'00'

FLAVIA VERNIZI ADACHI
Superintendente Executiva

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
PREGÃO – SMS

ANEXO I DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO E DADOS DA LICITAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos para telessaúde, para Secretaria Municipal da Saúde, através da modalidade de Pregão de entrega única, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e anexos.

	Código SGP	Descrição resumida	Unidade de medida	Quant.	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	65.08.05.84462-9	DERMATOSCÓPIO DIGITAL	UN	128	R\$8157,50	R\$1.044.160,00
2	65.08.05.85726-0	DERMATOSCÓPIO DIGITAL (COTA ME/EPP/MEI)	UN	42	R\$8.157,50	R\$342.615,00
3	65.08.05.62357-4	ESPIROMETRO DIGITAL TELESSAUDE	UN	10	R\$18.666,14	R\$186.661,40
4	65.08.05.88224-6	ESPIROMETRO, (COTA ME/EPP/MEI), DIGITAL TELESSAUDE	UN	3	R\$18.666,14	R\$55.998,42
5	65.08.05.84503-7	RETINÓGRAFO DIGITAL	UN	10	R\$40.310,33	R\$403.103,30
6	65.08.05.88226-3	RETINÓGRAFO DIGITAL (COTA ME/EPP/MEI)	UN	3	R\$40.310,33	R\$120.930,99
7	65.08.05.87715-1	OTOSCOPIO, DIGITAL, PARA TELESSAUDE	UN	196	R\$6.309,85	R\$1.236.730,60
8	65.08.05.88227-7	OTOSCÓPIO (COTA ME/EPP/MEI), DIGITAL, PARA TELESSAUDE	UN	64	R\$6.309,85	R\$403.830,40
9	65.09.05.81201-7	SISTEMA DE DIGITALIZAÇÃO, DE IMAGENS RADIOGRÁFICAS, PARA EXAME INTRAORAL	UN	4	R\$48.403,75	R\$193.615,00
10	65.09.05.88217-8	SISTEMA DE DIGITALIZAÇÃO, (COTA ME/EPP/MEI), DE IMAGENS RADIOGRAFICAS, PARA EXAME INTRAORAL	UN	1	R\$48.403,75	R\$48.403,75

1.2. O custo estimado total da contratação é de R\$ 4.036.048,86 (quatro milhões, trinte e seis mil, quarenta e oito reais e oitenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela cima.

1.3. Tendo em vista que bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, o presente objeto se enquadra como bem comum.

1.4. Para elaboração das propostas as licitantes deverão verificar as especificações completas e as unidades de compra dos itens, bem como a ordem dos itens, conforme informado no ANEXO A – Descritivos dos Produtos.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por objetivo a aquisição de equipamentos para viabilizar a ampliação da telessaúde na Atenção Primária à Saúde, de modo a atender pacientes que buscam os serviços com queixas agudas, atuando de forma complementar aos serviços presenciais. A iniciativa permite desonerar as equipes da APS, que passam a concentrar seus esforços na gestão dos casos crônicos e no acompanhamento longitudinal dos usuários. O acesso na APS é uma prioridade para a Secretaria Municipal da Saúde (SMS), que vem desenvolvendo diversas ações integradas para aprimorar a capacidade de resposta e garantir o cuidado oportuno à população. A implantação do serviço de teleconsultas médicas se apresenta como alternativa técnica e operacionalmente adequada, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Saúde Digital, instituída pela Portaria GM/MS nº 1.434, de 28 de maio de 2024. Essa política estabelece a transformação digital do Sistema Único de Saúde como instrumento estratégico para ampliar o acesso, a equidade e a eficiência dos

serviços, promovendo o uso integrado de tecnologias digitais, a interoperabilidade entre sistemas, a utilização de dados em tempo real e a oferta de serviços de saúde de forma híbrida e centrada nas necessidades do cidadão. A aquisição de equipamentos para telessaúde tem como objetivo viabilizar a implantação do projeto em 109 unidades de saúde do município, permitindo a realização média de 40 consultas de demanda aguda por dia em cada unidade, representando aproximadamente 4.360 atendimentos diários. O projeto possui potencial de expansão para até 10.000 teleconsultas por dia, à medida que o sistema digital e o aplicativo Saúde Já sejam ampliados e consolidados em toda a Rede de Atenção à Saúde do Município. A integração das teleconsultas à plataforma Saúde Já Curitiba possibilitará o uso de ferramentas digitais de triagem clínica e direcionamento inteligente do fluxo de pacientes, com base em protocolos clínicos padronizados. Essa estrutura digital viabilizará o encaminhamento automático do usuário para a modalidade de atendimento mais adequada à sua condição de saúde, seja presencial ou por teleconsulta, garantindo maior resolutividade, agilidade e melhor distribuição da demanda entre as unidades da rede.

2.2. A fundamentação e a descrição da necessidade da contratação encontram-se também pormenorizadas em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, o qual é documento integrante do Edital e da instrução processual.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual – PCA.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. O objeto do presente termo de referência prevê como solução para o problema a aquisição dos itens elencados, por meio de pregão eletrônico de entrega única. Esses itens farão parte do projeto de implantação do telessaúde na atenção primária e são essenciais para contribuir na eficiência e qualidade do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde em Curitiba.

3.2. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

3.3. As especificações técnicas e condições para cotação dos itens a serem adquiridos neste processo licitatório estão descritas nos Anexos A e B deste Termo de Referência.

3.4. Dúvidas referente às especificações técnicas (descritivos dos produtos) e condições para cotação dos itens a serem adquiridos neste processo licitatório, entrar em contato com a Sra. Audrey Cristiane Panek, na Coordenação de Recursos Materiais da Secretaria Municipal da Saúde, fone: (41) 3350-9344.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Entrega do Objeto:

4.1.1. A entrega dos produtos deverá ser efetuada no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, sito a Rua João Bettega, nº 3350 – Bairro Cidade Industrial – Curitiba – Paraná (CEP 81.350-000), no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, de 2ª (Segunda-feira) à 6ª (Sexta-feira), A/C do Sr. Marcelo Banachek – fone (41) 3314-5089, de acordo com as quantidades solicitadas pela Coordenação de Recursos Materiais, livre de quaisquer outros encargos, sejam fretes, carretos, taxa de descargas ou embalagens, presentes às Notas Fiscais correspondentes.

4.1.2. A entrega dos produtos deverá ser efetuada em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a partir da liberação da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento no site www.e-compras.curitiba.pr.gov.br no link "Relatórios e Empenhos/Autorização de Fornecimento". Considerar-se-á em mora no dia seguinte ao vencimento deste prazo.

4.1.3. A contratada será a responsável pela entrega, transporte e o fornecimento de todos os recursos necessários para a perfeita execução do contrato.

4.2. Recebimento do Objeto:

4.2.1. O objeto será recebido provisoriamente pelo responsável, de forma sumária, junto com a nota fiscal, para acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.2.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado/substituído no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da notificação formal pelo CONTRATANTE, sem qualquer ônus, obrigações ou despesas para a Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.2.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota pelo CONTRATANTE, após a correta verificação de que o bem fornecido atende às exigências contratuais.

4.2.3.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento ao cumprimento das exigências contratuais.

4.2.4. No caso de controvérsia sobre o objeto fornecido, quanto à especificação, dimensão, qualidade, quantidade e quaisquer outros atributos pertinentes, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à CONTRATADA para emissão de nota fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.2.5. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pelo CONTRATANTE durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.3. Condições de Manutenção e Assistência Técnica:

4.3.1. A contratada deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto licitado, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e demais legislações pertinentes. A responsabilidade prevista nesse item abrange tanto o hardware quanto o software de interoperabilidade e integração com o sistema e-saúde, incluindo-se neste, a garantia de seu perfeito funcionamento.

4.3.2. O CONTRATADO deverá fornecer garantia total para o objeto licitado, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da entrega da nota fiscal.

4.3.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados a partir da solicitação formal pelo CONTRATANTE, o objeto executado parcialmente e/ou em desacordo ao exigido pelo Termo de Referência, sem qualquer ônus, obrigações ou despesas para o CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3.3.1. Em caso de constatação de defeitos durante a vigência do prazo de garantia informado pelo fornecedor, a CONTRATADA ficará responsável pelo encaminhamento do equipamento à assistência técnica, retirando-o e reinstalando-o novamente no mesmo local anterior, sem qualquer custo ao CONTRATANTE.

4.3.3.2. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva do objeto contratado, por meio de assistência técnica autorizada, e com o reparo por meio de peças originais e novas.

4.3.4. A CONTRATADA realizará a reparação ou substituição do objeto contratado que apresentar vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências do CONTRATANTE.

4.3.4.1. Na hipótese do subitem acima, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipamento ou recurso equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos, quando solicitado pelo CONTRATANTE.

4.3.5. Decorrido o prazo mencionado no item 4.3.4., sem o atendimento da solicitação por parte da CONTRATADA, e sem apresentação de justificativas, fica o CONTRATANTE autorizado a encaminhar o objeto contratado para empresa especializada/autorizada que executará os reparos necessários e exigirá da CONTRATADA o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos e ficando a CONTRATADA passível de aplicações de sanções.

4.3.6. A garantia do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.4. Sustentabilidade:

4.4.1. Será exigido cumprimento da reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas, ou seja, o licitante deverá apresentar uma declaração de que cumpre com estas normativas.

4.4.2. Será exigido o cumprimento dos critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento sustentável, considerando as suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, dentre outras, respeitada a legislação vigente. A Licitante deverá declarar ciência e cumprimento ao disposto no Decreto Municipal nº. 1346/2023.

4.4.3. O objeto contratado deve ser constituído preferencialmente, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e ou biodegradável.

4.4.4. O objeto contratado deverá ser acondicionado em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, preferencialmente que utilize materiais recicláveis.

4.4.5. Para o presente objeto não será necessária a adoção de práticas de logística reversa.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Modelo de execução: Deverão ser observadas as condições previstas no anexo B deste termo de referência.

5.2. O prazo de entrega será de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a partir da liberação da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento no site www.e-compras.curitiba.pr.gov.br no link "Relatórios e Empenhos/Autorização de Fornecimento", sob pena de sanção em caso de descumprimento.

5.2.1. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas antecedente à data da entrega, os motivos que impossibilitem o atendimento ao prazo acima determinado, com a devida comprovação do alegado, passível de aceite pelo CONTRATANTE ou mesmo de aplicação de penalidades, observados o contraditório e a ampla defesa.

5.3. Todos os produtos deverão ser novos e indicar em sua embalagem dados do produto, data de fabricação, validade, lote, fabricante, condições corretas de armazenamento, empilhamento do objeto contratado e identificação se considerado frágil, atendendo ao Artigo 31 da Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

5.4. O transporte do objeto contratado deve ser feito de acordo com o exigido para cada tipo de produto, devidamente protegidos de impactos, sujeiras e umidade.

5.5. O descarregamento do objeto contratado deverá ser realizado com equipamentos adequados e pessoal devidamente instruído, no local indicado pela CONTRATADA.

6 – AMOSTRAS, LAUDOS E DESCRITIVOS TÉCNICOS

6.1. Poderá ser solicitada, a critério do setor solicitante, da empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar, amostra completa, em sua(s) embalagem (ns) original (is),) para fins de atesto de qualidade dos produtos que venham a ser fornecidos, para a avaliação de suas características físicas e **realização da Prova de Conceito**, conforme metodologia detalhada no Anexo D.

6.1.1. O prazo para a apresentação da amostra, bem como para a instalação e configuração inicial do equipamento no ambiente de teste indicado, é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do envio da solicitação formal pelo Pregoeiro, dentro do horário por ele estipulado.

6.1.2. A Prova de Conceito (PoC) será realizada após a instalação e configuração do equipamento, no local a ser indicado à CONTRATANTE, nos exatos termos do Anexo D. O início da execução dos ciclos avaliativos da PoC ocorrerá somente após a validação da instalação inicial pela equipe técnica, observando-se o prazo máximo de mais 10 (dez) dias úteis para a conclusão de todos os testes, conforme cronograma estabelecido no Anexo D.

6.1.3. A empresa autoriza a completa análise do produto para comprovar as características contidas no Descritivo Técnico do Termo de Referência, mesmo que para isto a amostra seja danificada e também abdica de qualquer indenização pela inutilização da mesma.

6.1.4. O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no descritivo do Termo de Referência (Anexo I) e às condições estabelecidas no Anexo D deste Termo.

6.1.5. Quando a licitante indicar a marca, o modelo e as especificações técnicas do objeto, as amostras apresentadas devem ter as mesmas identificações daquelas preliminarmente estabelecidas pela licitante e que foram informadas no sistema, salvo se o produto apresentado tenha, mediante ratificação da Administração, características técnicas superiores.

6.1.6. No caso em que a licitante vencedora de quaisquer dos itens tenha suas amostras reprovadas, ou tenham sido entregues fora das especificações previstas neste Edital, sua proposta será desclassificada, sendo a licitante classificada a seguir imediatamente chamada para substituir a desclassificada e assim sucessivamente, até que as amostras apresentadas sejam aceitas pela Administração.

6.1.7. A licitante declarada vencedora deverá realizar as entregas do objeto da licitação somente de acordo com a(s) amostra(s) apresentada(s) e aprovada(s).

6.1.8. As amostras que forem submetidas a testes, que impliquem na sua destruição ou inutilização, não serão devolvidas e/ou descontadas das quantidades a serem entregues.

6.1.9. Para análise das amostras desta licitação, será aplicada a metodologia descrita no Anexo D deste Termo de Referência.

6.2. Para fins de controle de qualidade e para verificar as características do(s) produto(s) cotado, as licitantes deverão apresentar catálogo, manual ou documento equivalente do equipamento ou descritivo técnico detalhado, os quais são exigidos no Anexo C do Termo de Referência.

6.2.1. O documento indicado no item 6.2. deverá ser legível, em língua portuguesa, de forma a permitir a avaliação das especificações, contendo no mínimo:

- 6.2.1.1. Marca;
- 6.2.1.2. Modelo;
- 6.2.1.3. Fabricante;
- 6.2.1.4. Desenho/foto dos processos técnicos;
- 6.2.1.5. Características técnicas;
- 6.2.1.6. Quando o(s) documento(s) indicado no item 6.2. estiver(em) em língua estrangeira deverá(ão) apresentar tradução, legalizada na forma da legislação brasileira.

6.3. Todas as despesas necessárias de qualquer natureza correlatas à amostra, catálogo, manual ou documento equivalente do equipamento ou descritivo técnico detalhado, ou realização da prova de conceito, incluindo transporte ou reposição do produto, correrão por conta da licitante.

6.4. A não apresentação da amostra, catálogo, manual ou documento equivalente do equipamento ou descritivo técnico detalhado ou se tais amostras e documentos não corresponderem às especificações do Edital, quando solicitados, acarretará na desclassificação da empresa no ITEM cotado.

6.4.1. A não realização da prova de conceito também resultará na desclassificação da empresa no ITEM cotado.

6.5. A exigência quanto a apresentação da amostra e realização da prova de conceito, catálogo, manual ou documento equivalente do equipamento ou descritivo técnico detalhado, serão válidos apenas para esta Licitação e no item participante, não sendo válida para aproveitamento em demais compras.

6.6. A licitante é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes do objeto proposto.

6.7. Em observância ao princípio da publicidade, todas as demais licitantes poderão verificar a amostra e os documentos apresentados, bem como acompanhar a sua análise, mediante pedido de agendamento prévio junto ao Pregoeiro. Quanto à Prova de Conceito, será realizada através de sessão pública, onde a data, horário e local serão divulgados com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, por meio de publicação de Comunicado no Sistema e-compras (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

6.7.1. Para garantir a ordem e a fluidez dos trabalhos, a participação dos demais interessados seguirá as seguintes regras:

- a) Os representantes das demais empresas participarão apenas como ouvintes/observadores, não podendo intervir na análise da amostra ou na execução dos testes;
- b) Não será permitida a entrada de observadores portando aparelhos celulares, smartphones, tablets ou notebooks, ou qualquer outro equipamento de comunicação e acesso às redes sociais;
- c) Todos os presentes deverão se identificar mediante assinatura na lista de presença e apresentação de documento oficial ou procuração;
- d) É terminantemente proibido aos representantes das demais empresas intervir, interromper, questionar ou dar instruções à licitante que estiver executando a prova, bem como à equipe de Avaliação durante a realização dos testes;
- e) Eventuais questionamentos técnicos sobre a execução da Prova de Conceito deverão ser registrados formalmente por escrito ao final da sessão, para análise posterior da equipe técnica do contratante.

6.7.2. Qualquer perturbação durante a análise das amostras e prova de conceito está sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

7 – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos Decretos Municipais nº 700/2023 e nº 2.193/2023, serão designados agentes públicos para acompanhar e fiscalizar a entrega e execução do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato e determinando o que for necessário à regularização de eventuais falhas ou defeitos observados.

7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

7.3. Ficam designados como Gestor e Suplente da contratação oriunda deste Pregão, os respectivos servidores: Gestor Sra. Audrey Cristiane Panek – matrícula nº 74858 e Suplente Sra. Leticia Brandalise Moletta – matrícula nº 144.458, para o exercício das atribuições constantes nos Decretos Municipais nº 700/2023, nº 2.193/2023 e demais legislações pertinentes, bem como aquelas que vierem a substituir.

7.4. Fica responsável pela realização da prova de conceito, bem como a emissão de parecer após a realização da prova, o servidor Sr. Leandro Carlos da Silva – matrícula nº 134404.

7.5. Para este Pregão eletrônico não foi indicado fiscal, pois o objeto se trata de pronta entrega e é de baixa complexidade.

8 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e documentos complementares.

8.2. Verificar, minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente, com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

8.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado.

8.4. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto para que seja substituído, reparado ou corrigido.

8.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, qual não seja objeto de controvérsia, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência, observados os termos do Capítulo X do Título III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.6. Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela CONTRATADA, no que couber, respeitada a legislação pertinente.

8.7. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, preferencialmente, através de endereço eletrônico oficial constante em seu cadastro.

9 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada, assumindo todos os riscos e as despesas decorrentes e necessários para a plena execução do objeto contratado.

9.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

9.3. Manter, durante toda a execução do objeto contratado, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a disputa.

9.3.1. Manter, impreterivelmente, atualizados os dados de telefone comercial, e-mail e endereço sede, para fins de contatos e notificações.

9.4. Assumir exclusiva e integralmente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias, incluindo as que dizem respeito às normas de segurança de trabalho previstas em legislações específicas e todos os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto contratado.

9.5. Indicar formalmente preposto com poderes de representação suficientes para prestar soluções a quaisquer assuntos relacionados à execução do contrato ou qualquer ajuste cabível.

9.5.1. O preposto indicado pela CONTRATADA deverá estar capacitado para gerenciar de forma eficaz e preordenada os recursos humanos e os materiais disponíveis para a execução do objeto.

9.6. Manifestar-se, por escrito, sobre os ofícios encaminhados pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas, a partir da ciência, garantindo-lhe o acesso a documentos relativos ao objeto contratado.

9.7. Fornecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, quaisquer elementos necessários à avaliação do objeto.

9.8. Assumir integral responsabilidade por quaisquer ações, custos, despesas ou encargos decorrentes da execução ou inexecução do objeto, bem como por despesas laboratoriais para atestos, documentos, licenças, transporte ou reposição do produto.

9.9. Responder, exclusivamente, por quaisquer compromissos assumidos por si perante terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por quaisquer danos a terceiros em decorrência de atos causados por seus empregados, prepostos ou subordinados, ficando ao CONTRATANTE assegurado o direito de regresso, se lhe for imputada eventual condenação.

9.10. Substituir, imediatamente, o objeto em que for detectado pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo, mesmo ultrapassado o período de garantia, vícios de qualidade ou incompatibilidades entre o objeto fornecido e as especificações solicitadas no Termo de Referência e anexos.

9.11. Atender as determinações emitidas pelo servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

9.12. Executar a entrega do objeto e demais serviços pertinentes, com profissionais qualificados, instruídos quanto às precauções relativas ao seu trabalho e que apresentem estado de saúde compatível com as atividades a serem desenvolvidas.

9.13. Tomar providências, imediatamente, para o cumprimento das exigências feitas pela CONTRATANTE, no âmbito da execução do objeto.

9.13.1. A não regularização em conformidade ao imposto pela CONTRATANTE, observado o contraditório e a ampla defesa, poderá ocasionar em penalidades descritas no Edital e seus anexos.

9.14. Quando compatível ao fornecimento do objeto, deverá instruir os seus empregados através de treinamento que aborde os seus deveres e obrigações no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais.

9.15. Observar todas as condições de higiene e segurança do trabalho necessárias à preservação da integridade física de seus empregados, ao patrimônio do Município de Curitiba e de outrem.

9.16. Fornecer a todos os empregados os adequados Equipamentos de Proteção Individual – EPI, conforme NR-06, considerando sua versão atualizada ou substituições, e todos os Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC compatíveis ao risco.

9.16.1. Os Equipamentos de Proteção Individual fornecidos aos empregados deverão, obrigatoriamente, conter a indicação do Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho (CA), e a identificação da CONTRATADA.

9.16.2. O presente disposto guardará relação restrita e exclusivamente vinculado ao objeto licitado, de modo que o fornecimento do objeto não exponha o empregado a fatores de risco sem atenuação.

9.17. Orientar e supervisionar seus empregados sobre o uso obrigatório e correto dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI e os de Proteção Coletiva – EPC, que sejam compatíveis com as suas atividades.

9.18. Estar ciente da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e do Decreto Municipal nº326, de 17 de fevereiro de 2021, ou outro que porventura o substitua, obrigando-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação e no contrato, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo contratante e envolvido nesta contratação.

10 – CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

10.1. Após a entrega do objeto, em conformidade com a Portaria nº 23/2021 da Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento - SMF, a CONTRATADA deverá formalizar o pedido de pagamento via Sistema PROCEC PAGAMENTOS, através do endereço: <https://procecpagamentos.curitiba.pr.gov.br/Home/Pagamentos> .

10.1.1. No referido link, consta aba denominada "Tutorial de Uso" dispondo de instruções atualizadas quanto à forma de uso do sistema.

10.2. O PROCEC PAGAMENTOS permite que fornecedores solicitem pela internet os pagamentos referente ao objeto entregue, conforme consta publicado no Guia de Serviços: <https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/procec-pagamentos/777>.

10.3. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, após o aceite dos itens e contados da aprovação da Nota Fiscal, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, prevista no art. 141 da Lei nº 14.133/21 e Resolução nº 02/2023 – SMF.

10.3.1 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4. Após a entrega do objeto, a Nota Fiscal anexada ao PROCEC será encaminhada ao gestor do contrato para que siga ao setor competente.

10.4.1. A Nota Fiscal deverá ter como destinatário **o Fundo Municipal da Saúde, CNPJ nº 13.792.329/0001-84, salvo orientação oficial em contrário.**

10.4.2. A Nota Fiscal ou fatura deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao Serviço de Cadastro de Fornecedores do Município de Curitiba ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.4.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie os ajustes necessários. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

10.4.4. No corpo da Nota Fiscal, ou em campo apropriado, deverá ser informado o número da Nota de Empenho correspondente, da Autorização de Fornecimento ou do Contrato, se for o caso.

10.4.5. A Nota Fiscal deverá ser apresentada em moeda corrente nacional e atender, quando for o caso, ao previsto no Decreto Estadual nº 3330/2008, relativo à apresentação de nota fiscal eletrônica.

10.4.6. Na Nota Fiscal deverão ser indicados o nome do Banco, nome e número da agência e número da Conta Corrente, onde será creditado o valor.

10.5. Será aplicada compensação financeira, quando houver atraso de pagamento dos valores devidos por culpa exclusiva do CONTRATANTE, observada a apuração de responsabilidade do agente que deu causa ao atraso.

10.5.1. O pagamento da compensação financeira estabelecida no item anterior ocorrerá conforme previsto no Art. 128 do Decreto 700/2023 e dependerá de decisão motivada da autoridade competente, condicionada à apresentação de requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA.

10.6. Previamente à emissão de nota de empenho e à cada pagamento, o CONTRATANTE deverá realizar consulta ao Serviço de Cadastro de Fornecedores do Município de Curitiba para identificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.6.1. A verificação de eventual irregularidade da CONTRATADA não ensejará a retenção do pagamento, devendo a Administração, após realizá-lo, conceder prazo de até 30 dias corridos, prorrogável por duas vezes, totalizando o prazo máximo de 90 dias corridos, para a respectiva anexação da documentação que comprove a regularidade e, ao final, na hipótese de não regularização, tomar as medidas necessárias ao processo administrativo destinado à rescisão do ajuste.

10.6.1.1. Para as prorrogações previstas no item 10.6.1. a autoridade competente decidirá motivadamente em processo administrativo, mediante solicitação e justificativa da CONTRATADA.

10.6.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.6.3. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

10.6.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão mantidos, até que se decida pela rescisão do contrato. Caso a CONTRATADA não regularize sua situação cadastral, estará sujeita às sanções e penalidades previstas no item 21 do presente Termo de Referência.

10.7. Poderá ser rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no Serviço de Cadastro de Fornecedores do Município de Curitiba, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

10.8. Serão realizadas eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela CONTRATADA, no que couber, respeitada a legislação pertinente, especialmente a Lei Complementar nº 123/2006.

10.9. Depositado o valor correspondente ao pagamento, a CONTRATADA não poderá mais reclamar quaisquer diferenças, dando plena, geral e irrevogável quitação dos valores recebidos.

11 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA.

11.2. O critério do Pregão Eletrônico será pelo MENOR PREÇO por ITEM, com modo de disputa ABERTO.

11.2.1. O critério de julgamento será por ITEM de modo a proporcionar maior amplitude de fornecedores interessados, ocasionando em maior concorrência.

11.3. Julgamento da Habilitação:

11.3.1. Para a habilitação, serão observadas as disposições constantes no Capítulo VI do Título II da Lei Federal n.º 14.133/2021, as condições previstas neste edital e as diretrizes estabelecidas no Decreto Municipal nº 388/2023 e no Decreto Municipal nº 2067/2025.

11.3.2. Serão analisados os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à regularidade fiscal, social e trabalhista.

11.3.2.1. A documentação exigida para fins de habilitação referente à qualificação jurídica, fiscal, social e trabalhista da(s) licitante(s) melhor classificadas poderá ser:

11.3.2.1.1. substituída pelo registro cadastral do Município de Curitiba, **caso a licitante possua cadastro no Município.** A(O) pregoeira(o) verificará o documento denominado "Relação de Fornecedor", disponível no Serviço de Cadastro de Fornecedores do Município de Curitiba, cujo acesso dar-se-á no sistema e-Compras: www.e-compras.curitiba.pr.gov.br, em que se consultará a validade dos documentos.

a) Caso os documentos estejam vencidos, a(o) pregoeira(o) deverá notificar o licitante concedendo o prazo de 02 (dois) dias úteis para regularização e atualização dos documentos no Cadastro de Fornecedores do sistema e-compras, conforme previsto no § 1º do Art. 14 do Decreto Municipal nº 2067/2025. O não atendimento às solicitações implicará o previsto no § 2º do Art. 14 do Decreto Municipal nº 2067/2025;

b) A(O) pregoeira(o) poderá habilitar o licitante caso os documentos estejam vencidos, mas passíveis de verificação de validade na *internet*.

11.3.2.1.1.1. O documento denominado "Relação de Fornecedor" será emitido pela(o) pregoeira(o) e inserido ao processo licitatório.

11.3.2.1.2. solicitada pela(o) pregoeira(o) por Ofício, após análise das propostas, **caso a licitante não possua cadastro no Município.** O licitante deverá apresentar os documentos exigidos no Decreto Municipal nº 2067/2025, referente a qualificação jurídica, fiscal, social e trabalhista, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da respectiva notificação.

11.3.2.1.2.1. O não atendimento às solicitações dentro dos prazos e limites estabelecidos implicará a inabilitação do licitante.

11.3.2.2. Para a habilitação também serão exigidas todas as declarações previstas no Decreto Municipal nº 2067/2025, as quais serão solicitadas pela(o) pregoeira(o) por Ofício, após análise das propostas e deverão ser encaminhadas no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da respectiva notificação.

11.3.3. Qualificação Econômico-Financeira:

11.3.3.1. Não será exigida a comprovação da qualificação econômico-financeira, pois trata-se de licitação para aquisição de bens de entrega imediata.

11.3.3.1.1. A supressão dos requisitos da comprovação da qualificação econômico-financeira está prevista no Art. 10 Decreto Municipal nº 2067/2025 e inciso III do Art. 70 da Lei 14.133/2021.

11.3.4. Qualificação Técnica:

11.3.4.1. Os documentos para a comprovação da qualificação técnica dos itens a serem adquiridos neste processo licitatório estão descritas no Anexo C deste Termo de Referência.

11.3.5. Visita Técnica:

11.3.5.1. Na presente licitação não será exigida VISITA TÉCNICA.

11.4. O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de seu envio.

11.5. Subcontratação:

11.5.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.

11.6. Participação em consórcio:

11.6.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

11.7. Para dar atendimento ao prescrito no art. 18 III, alínea "i" do Decreto Municipal 700/2023, a forma e critérios de seleção do fornecedor dar-se-ão por meio de habilitação técnica e econômica.

12 – DIVULGAÇÃO DO ORÇAMENTO DA LICITAÇÃO

12.1. O orçamento da presente licitação não será sigiloso.

13 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 4.036.048,86 (Quatro milhões, trinta e seis mil, quarenta e oito reais e oitenta e seis centavos), conforme valores apostos na tabela disposta no item 1.

13.2. Os valores estimados dos itens foram elaborados conforme previsto na legislação municipal vigente.

		PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIJÓIA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA COORDENAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS MAPA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS														VALOR ESTIMADO PARA ESTA APLICADA						
		DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	00.00.00.0000.0	DEPRATOSCOPIO DIGITAL	20	UN																		
2	00.00.00.0000.0	DEPRATOSCOPIO DIGITAL (COTA PRECIPITADA)	40	UN																		
3	00.00.00.0000.0	ESPIRIMETRO PARA TELESAUDE	10	UN																		
4	00.00.00.0000.0	ESPIRIMETRO PARA TELESAUDE (COTA PRECIPITADA)	10	UN																		
5	00.00.00.0000.0	RETROCAMERAS PARA TELESAUDE	10	UN																		
6	00.00.00.0000.0	RETROCAMERAS PARA TELESAUDE (COTA PRECIPITADA)	10	UN																		
7	00.00.00.0000.0	OTOSCOPIO DIGITAL PARA TELESAUDE	10	UN																		
8	00.00.00.0000.0	OTOSCOPIO DIGITAL PARA TELESAUDE (COTA PRECIPITADA)	10	UN																		
9	00.00.00.0000.0	SISTEMA DE DIGITALIZAÇÃO DE PROCESSOS DIAGNÓSTICOS PARA EXAME INTRAORAL	1	UN																		
10	00.00.00.0000.0	SISTEMA DE DIGITALIZAÇÃO DE PROCESSOS DIAGNÓSTICOS PARA EXAME INTRAORAL (COTA PRECIPITADA)	1	UN																		
																		R\$ 4.036.048,86				

14 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) informada(s) na Autorização para Licitar que consta neste procedimento licitatório.

14.2. Para o exercício seguinte, novas dotações deverão ser informadas tomando-se por base o PPA 2026/2029 e a LOA do ano correspondente.

15 – GARANTIA DA PROPOSTA

15.1. Não será exigida garantia de proposta para a presente licitação.

16 – GARANTIA DA EXECUÇÃO

16.1. Tendo em vista a especificidade do objeto e sua forma de execução, não haverá exigência de nenhuma das garantias da contratação prevista no Capítulo II do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021.

17 – MOTIVAÇÕES CIRCUNSTANCIADAS

17.1. Para este processo estamos solicitando as seguintes exigências técnicas:

17.1.1. CÓPIA DA LICENÇA SANITÁRIA (dentro de seu prazo de validade), da EMPRESA LICITANTE E DO FABRICANTE PARA PRODUTO NACIONAL OU IMPORTADOR, PARA PRODUTO IMPORTADO: acerca desse tema, o Decreto nº 8.077 de 2013, que regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.

17.1.1.1. É importante que algumas mercadorias comercializadas, entre elas produtos para a saúde, são materiais de interesse sanitário, conforme Lei nº 5991/1973 e Lei nº 6360/1976 e a fabricação, importação, exportação, distribuição e comércio são regulados por esse órgão que o exerce por cadastro das pessoas jurídicas emitindo alvarás de regularidade sanitária, ou seja, é esse órgão federal responsável pelo processo de legalização das empresas, em relação à vigilância sanitária, para o exercício das atividades econômicas de interesse à saúde.

17.1.2. CÓPIA DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA LICITANTE EMPRESA LICITANTE E DO FABRICANTE PARA PRODUTO NACIONAL OU IMPORTADOR, PARA PRODUTO IMPORTADO: compete à ANVISA, autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde, autorizar o funcionamento de empresas de fabricação, distribuição e importação e exportação e conceder registro desses produtos (art.7º, inciso VII a IX, da Lei 9.782/1999).

Este fato está em consonância com o apregoado pela Lei nº 6360/1976 que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos.

A Autorização para funcionamento (AFE) é exigida de empresas que realizam atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados ao uso humano, produtos para a saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou preenchimento de gases medicinais.

17.1.3. CÓPIA DA CERTIDÃO DE REGISTRO, CADASTRO OU NOTIFICAÇÃO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ou cópia legível da publicação no DIÁRIO OFICIAL ou o certificado de isenção de registro, se for o caso.

O decreto nº 8077 de 2013, que regulamenta as condições para funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, e lei nº 6360 de 23 de setembro de 1976, que trata dos produtos que são regulamentados e autorizados à comercialização pela ANVISA.

A exigência de tais documentos assegura a regularidade, a segurança e a eficácia dos itens a serem adquiridos. O registro ou a notificação dos produtos é a comprovação dessa regularidade. O certificado de isenção de registro, garante que todos os produtos, mesmo os isentos, estejam sujeitos ao regime de vigilância sanitária.

17.1.4. CATÁLOGO, MANUAL ou DOCUMENTO EQUIVALENTE DO EQUIPAMENTO OU DESCRITIVO TÉCNICO DETALHADO, contendo as informações necessárias para comparar o seu descritivo técnico com o solicitado no anexo A deste edital. Essa exigência é necessária para constatar que o produto possua as especificações técnicas mínimas para atender a finalidade proposta pela administração, permitindo uma correta avaliação da qualidade e do desempenho do item, em conformidade com os princípios da eficiência e da segurança que regem a contratação pública.

18 – ANÁLISE DE RISCOS

18.1. Matriz de Risco:

Plano de Ação								
Fase do processo	Nº	Evento do Risco	Causas ou Fontes	Dano/Consequência	Grau de Risco	Impacto	Ações preventivas	Ações de Contingência
Planejamento	1	Estimativas de valor estimado inadequado do item	Falta de memória de cálculo ou levantamento de mercado inadequado	Falha na escolha do valor estimado para aquisição cada item, com consequência de item deserto ou fracassado no certame.	Baixo	Alto	Estimar o valor através de consulta a órgãos governamentais oficiais (Banco de Preços em Saúde, ComprasNet, Portal Nacional de Contratações Públicas), Atas de Registro de Preços de outros municípios/estados, fornecedores de materiais odontológicos e preços retirados de sítios	Reavaliar de forma criteriosa o valor estimado.
Planejamento	3	Atraso na conclusão da licitação	Não atendimento à demanda no prazo necessário	Não atendimento à demanda no prazo necessário	Alto	Alto	Iniciar a montagem do processo licitatório com prazo factível para sua conclusão, levando em consideração possíveis impugnações, republicações de Edital, recursos, questionamentos, entre outros	Acompanhar o trâmite processual, observando os prazos mínimos para cada atividade
Execução e fiscalização	4	Interrupção do serviço por insolvência ou abandono da contratada	Dimensionamento incorreto das condições de qualificação econômico-financeira e técnica do licitante	Não entrega do equipamento pela contratada. Possível dano ao Erário	Alto	Alto	Qualificação econômico-financeira que ateste a saúde financeira da empresa	Instaurar processo de penalização visando a sanção do fornecedor infrator. Abertura de novo processo de compra para evitar a perda do recurso.
Execução e fiscalização.	5	Atraso na entrega do item ou com inconformidades pelo fornecedor	Fiscalização ineficiente do serviço pela comissão de recebimento	Prejuízos às atividades das unidades. Possível dano ao Erário	Alto	Alto	Avaliar o equipamento recebido em sua qualidade. Manter eficiente a gestão de recebimento	Notificar o fornecedor sobre irregularidades ou insuficiência na prestação do serviço. Instaurar processo de penalização visando a sanção do fornecedor infrator. Abertura de novo processo de compra para evitar a perda do recurso

19 – INFORMAÇÃO TÉCNICA DE OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA

19.1. O objeto pretendido não se trata de obra ou serviço de engenharia.

20 – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

20.1. As alterações poderão ser efetuadas desde que, devidamente justificadas, conforme previsto nos Artigos 124 a 126 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 700/2023.

20.2. A CONTRATADA será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

20.3. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, contado da data dos orçamentos estimados, cuja data é 01/07/2026.

20.4. O índice de reajuste aplicado no reajustamento de preços é o ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA/IBGE, que será efetuado exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

20.4.1. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.4.2. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, a Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento elegerá novo índice oficial, para reajustamento do preço de eventual valor remanescente.

21 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Na licitação:

21.1.1. As infrações e sanções relativas ao processo de licitação estão previstas no edital.

21.2. Na execução:

I - Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 700/2023, a CONTRATADA que:

- a) ensejar o atraso na execução ou na entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato;
- c) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- d) der causa à inexecução total do contrato;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo fundado em violação à Lei Anticorrupção previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.
- i) violar o sigilo das informações;
- j) violar a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

II - Sem prejuízo de possível rescisão contratual e reparação pelos prejuízos na esfera cível e penal, serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

- a) advertência na fase contratual,
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

III - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

IV - Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

V - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

VI - A sanção de advertência será aplicada em razão de conduta praticada na fase contratual e somente quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- a) pelo descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à lei, quando não decorrer qualquer prejuízo à Administração ou ao interesse público;
- b) pela inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração.

VII - Observados o direito ao contraditório e à ampla defesa, bem como o procedimento previsto no Decreto Municipal nº. 700/2023, o contratado será responsabilizado administrativamente com a sanção de multa, sem prejuízo de eventual aplicação cumulativa com outras sanções, pelo cometimento das infrações a que der causa, nos seguintes percentuais:

- a) multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução dos prazos do contrato, recaiando o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 20% (vinte por cento) do contrato ou do instrumento equivalente;
- b) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de ensejar o atraso na execução do objeto contratual sem motivo justificado;
- c) multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de dar causa à inexecução parcial do contrato;
- d) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- e) multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de dar causa à inexecução total do contrato;
- f) multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- g) multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de praticar ato lesivo fundado em violação à Lei Anticorrupção previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

VIII - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes condutas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) ensejar o atraso na execução ou na entrega do objeto da licitação sem motivo justificado

IX - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações:

- a) prestar declaração falsa;
- b) praticar ato fraudulento;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo fundado em violação à Lei Anticorrupção previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

X - A aplicação de qualquer penalidade não prejudica o direito da Administração de recorrer às garantias contratuais para se ressarcir pelos danos causados, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial por eventuais perdas e danos.

22 – UNIDADE RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

22.1. Este Termo de Referência e seus Anexos foram elaborados pela Sra. Audrey Cristiane Panek – Matrícula nº 74.858 – Farmacêutica e Sra. Leticia Brandalise Moletta – Matrícula nº 144.458 – Cirurgiã Dentista, ambas da Coordenação de Recursos Materiais da Secretaria Municipal da Saúde.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
PREGÃO – SMS**

ANEXO A DO TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

DESCRIPTIVO DOS PRODUTOS

COTA PRINCIPAL DE ATÉ 75% – AMPLA PARTICIPAÇÃO

ITEM 01 – CÓDIGO 65.08.05.62357-4 – ESPIRÔMETRO DIGITAL PARA TELESSAÚDE.

Aplicação: Equipamento para uso em unidades ambulatoriais, hospitalares ou na Atenção Primária à Saúde (APS).

1. Características Técnicas e Funcionais:

1.1. Mecanismo de Medição: Baseado em sensor de fluxo digital (turbina, pneumotacógrafo ultrassônico ou tecnologia equivalente).

1.2. Parâmetros Mínimos Mensuráveis:

- a) CVF (Capacidade Vital Forçada);
- b) VEF₁ (Volume Expiratório Forçado no primeiro segundo);
- c) VEF₁/CVF
- d) PEF (Pico de Fluxo Expiratório);
- e) FEF 25–75%
- f) CVL (capacidade vital lenta)
- g) Testes Pré/Pós-Broncodilatador

1.3. Gráficos Gerados: Geração e visualização das curvas Fluxo-Volume e Volume-Tempo.

1.4. Volumes: mínimo de 8 litros (BTPS)

1.5. Precisão de volume: de no mínimo $\pm 3\%$ ou $\pm 0,050L$.

1.6. Precisão de fluxo: de no mínimo de $\pm 5\%$ ou $\pm 0,200 L/s$ (200 mL/s).

1.7. Faixa de Medição de Fluxo: $\pm 14 L/s$ ou mais.

1.8. Resistência: não exceder 0,15kPa (l/s) ou 1,5 cmH₂O / l/s.

1.9. Reprodutibilidade: Atendimento integral aos critérios recomendados por diretrizes internacionais de função pulmonar. (AMERICAN THORACIC SOCIETY (ATS) e da EUROPEAN RESPIRATORY SOCIETY-ERS) para testes espirométricos de 2019.

1.10. Visualização de Resultados: Visualização das curvas e parâmetros em display colorido integrado ao próprio equipamento ou em dispositivo conectado (computador, tablet ou smartphone) via software dedicado.

1.11. Calibração: Possibilidade de calibração automática ou manual.

1.12. Preditos Espirométricos: Contemplando no mínimo Pereira, Jones (pediatria), GLI, com limites inferiores da normalidade.

1.13. Comunicação: USB, WI-FI ou BLUETOOTH com padrão mínimo BLE 5.0 (Conectividade Bluetooth de baixa energia), permitindo transmissão de dados para sistemas de telessaúde e prontuário eletrônico.

2. Alimentação e Autonomia:

- a) Alimentação por bateria recarregável interna com autonomia mínima de 4 horas de uso contínuo ou capacidade para a realização de múltiplos exames por carga, e/ou alimentação elétrica 110V ou bivolt.
- b) Interface de Carga: Conexão via porta USB ou equivalente.

3. Requisitos telessaúde e integração e-saúde:

O equipamento e seu respectivo sistema deverão atender integralmente aos seguintes requisitos de telessaúde:

- a) Envio remoto de exames para avaliação por profissional especializado.
- b) Compartilhamento de dados por internet ou rede local.

- c) Geração de relatórios digitais para anexação em prontuário eletrônico.
- d) O equipamento e seu software deverão permitir integração funcional com as plataformas de telemedicina, tele laudo o sistema de prontuário eletrônico e-Saúde utilizado pela Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, viabilizando:
 - Transmissão dos exames espirométricos;
 - Envio de curvas e parâmetros respiratórios;
 - Anexação automática ou semiautomática dos exames ao prontuário do paciente;
 - Compartilhamento remoto seguro para tele laudo e telemedicina

4. Interoperabilidade e Conectividade EMR/EHR:

O sistema deverá possuir capacidade de integração nativa ou via software utilizando protocolos padronizados de saúde e formatos digitais de interoperabilidade (incluindo HL7, GDT, FHIR, DICOM, CSV, XML, PDF ou *Exchange Protocol*), garantindo a total compatibilidade com sistemas clínicos e prontuários eletrônicos externos.

Compartilhamento remoto seguro para fins de emissão de tele laudo ou realização de teleinterconsultas através da internet ou rede local.

5. Software de Gerenciamento e Análise:

Funcionalidades: Software dedicado para análise das curvas espirométricas, geração de relatórios digitais configuráveis e envio de exames para avaliação remota por profissional especializado.

Gestão de Dados: O software fornecido deverá possuir capacidade nativa para cadastro de pacientes, armazenamento seguro de exames em banco de dados (local ou em rede) e interoperabilidade com sistemas externos.

Registro ou cadastro ativo na ANVISA.

Atendimento as normas de segurança aplicáveis a equipamentos eletromédicos, incluindo série IEC 60601, quando aplicável.

6. Acessórios que deverão acompanhar cada equipamento:

01 (um) cabo de conexão USB ou equivalente para comunicação com computador;

01 (um) carregador ou cabo para recarga da bateria (se equipamento com bateria);

100 (cem) unidades de bocais descartáveis compatíveis com o equipamento;

25 (vinte e cinco) filtros bacterianos/virais descartáveis (quando aplicável ao modelo).

*****Nota de Biossegurança:** Caso o equipamento utilize sistema de proteção equivalente (ex: turbina descartável ou filtro integrado não substituível), o mecanismo de biossegurança adotado e sua conformidade com as normas ATS/ERS deverá estar expressamente informado no manual, catálogo ou documento técnico equivalente do equipamento.

01 (um) software de análise e gerenciamento de exames;

01 (um) estojo ou maleta para transporte seguro do equipamento e acessórios;

01 (um) manual de operação impresso ou digital em língua portuguesa.

7. Garantia e Suporte Técnico:

Garantia: Mínima de 1 (um) ano contra defeitos de fabricação.

Assistência Técnica: Assistência técnica autorizada em território nacional, com preferência de atendimento em Curitiba ou Região Metropolitana.

Serviços Incluídos: Suporte técnico para instalação, parametrização/configuração do software com os sistemas da CONTRATANTE e treinamento operacional completo para a equipe técnica indicada.

8. Requisitos de Interoperabilidade e Integração com o Sistema e-Saúde:

8.1. A integração deverá permitir a associação dos exames e registros ao paciente previamente identificado no sistema e-Saúde, garantindo rastreabilidade, integridade e disponibilidade das informações clínicas.

8.2. A comunicação entre os equipamentos e o sistema e-Saúde poderá ocorrer por meio de: API REST; Web services; Bluetooth mínimo BLE 5.0; USB; Wi-Fi; Ethernet/LAN; HL7; FHIR; DICOM; XML; CSV; Protocolos proprietários documentados; ou tecnologias equivalentes, devidamente comprovadas.

8.3 A solução deverá suportar integração com sistemas de imagem e PACS, quando aplicável à natureza do equipamento, por meio de DICOM, HL7, FHIR, API REST, Web services ou tecnologia equivalente devidamente comprovada, incluindo, quando aplicável, suporte a worklist bidirecional (Modality Worklist – MWL) e/ou mecanismo equivalente de associação automática entre ordem de serviço e exame.

8.4. A solução deverá possibilitar, minimamente:

- a) identificação e associação do paciente ao exame realizado;
- b) transmissão dos exames, imagens, curvas, sinais vitais ou laudos para o prontuário eletrônico;
- c) exportação em formatos digitais amplamente utilizados;
- d) armazenamento estruturado ou documental dos exames;
- e) visualização posterior no prontuário eletrônico;
- f) compartilhamento para tele laudo, teleinterconsulta ou segunda opinião especializada;
- g) transmissão segura dos dados clínicos por rede local ou internet.

8.5. Não serão aceitos equipamentos ou soluções baseadas exclusivamente em exportação manual de arquivos, utilização de pendrive, upload manual de documentos ou processos que dependam exclusivamente de intervenção operacional do usuário para anexação ao prontuário eletrônico.

QUANTIDADE: 10 unidades (UN)

COTA PRINCIPAL DE ATÉ 75% – AMPLA PARTICIPAÇÃO

ITEM 02 – CÓDIGO 65.09.05.81201-7 – SISTEMA DE DIGITALIZAÇÃO, DE IMAGENS RADIOGRÁFICAS, PARA EXAME INTRAORAL.

1. Descrição Geral do Equipamento:

Sistema de digitalização de imagens radiográficas para exame intraoral (scanner de placas de fósforo), destinado a digitalizar radiografias odontológicas intraorais, eliminando o processo de revelação químico convencional. O equipamento deverá converter os dados de imagem armazenados na placa de fósforo em uma imagem radiográfica digital de alta resolução.

2. Características Técnicas e Operacionais do Scanner:

Compatibilidade: Compatível com placas radiográficas de fósforo fotoestimáveis sem metal e/ou ímãs acoplados, sendo compatíveis com vários tipos de scanner.

Alimentação: Tensão nominal bivolt/multitensão (110/127/220/240V), frequência de 50/60Hz.

Modo de Operação: Contínuo.

3. Características das Placas de Fósforo:

Estrutura: Fotoestimável, reutilizável (com apagamento automático/manual após leitura), com espessura e flexibilidade próximas às de um filme radiográfico convencional.

Desempenho: Deve gerar imagens nítidas de alta resolução com baixo tempo de exposição aos raios-X e proporcionar leitura rápida (escaneamento em poucos segundos com transferência imediata para o computador).

4. Software, Formatos e Regras de Integração (e-Saúde Curitiba):

Licenciamento: Inclusão de licença ilimitada do software de operação e diagnóstico.

Ferramentas do Software: Recursos de edição e manipulação como rotação, zoom, ajuste de brilho, contraste, inversão de cores, entre outras.

Formatos de Exportação: Suporte a formatos amplamente utilizados em saúde, incluindo JPEG, PNG, PDF e, preferencialmente, DICOM.

Interoperabilidade SMS Curitiba: O sistema e seu software deverão permitir a integração nativa com sistemas de imagem, PACS, teleodontologia e o prontuário eletrônico **e-Saúde utilizado pela Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba**, garantindo:

Armazenamento, visualização, vinculação automática e recuperação das imagens radiográficas digitais direto no cadastro do paciente;

Disponibilização imediata no prontuário eletrônico para acompanhamento clínico evolutivo e emissão de tele laudo.

5. Kits de Insumos e Componentes Acompanhados (Por Unidade):

O equipamento deverá acompanhar, obrigatoriamente:

01 Suporte organizador para placas radiográficas de fósforo;

04 (quatro) Kits de Placas de Fósforo intraorais, onde cada kit deve conter individualmente:

01 Placa de fósforo nº 0 (para exame periapical infantil);

03 Placas de fósforo nº 2 (para exame periapical ou interproximal adulto);

1.000 Capas protetoras para placas de fósforo adulto (nº 2);

500 Capas protetoras para placas de fósforo infantil (nº 0);

1 Limpador específico indicado para higienização e conservação das placas.

6. Instalação, Garantia e Suporte Técnico:

Regime de Entrega: Deverão estar inclusas no fornecimento todas as despesas de instalação, frete e impostos, sem qualquer custo adicional para a contratante.

Garantia: Mínima de 01 (um) ano, contado a partir da data de instalação do equipamento.

Capacitação: Fornecimento obrigatório de treinamento operacional para a equipe que operará o equipamento e o software.

Assistência Técnica: Assistência técnica autorizada em território nacional, localizada preferencialmente em Curitiba ou Região Metropolitana.

7. Requisitos de Interoperabilidade e Integração com o Sistema e-Saúde

7.1. O equipamento e a solução de software integradora ofertados deverão ser plenamente compatíveis com o sistema de prontuário eletrônico e-Saúde utilizado pela Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, contemplando obrigatoriamente mecanismos de interoperabilidade para transmissão, armazenamento, visualização e recuperação dos exames, imagens, sinais vitais, laudos e demais dados clínicos produzidos pelos equipamentos fornecidos.

7.2. A integração deverá permitir a associação dos exames e registros ao paciente previamente identificado no sistema e-Saúde, garantindo rastreabilidade, integridade e disponibilidade das informações clínicas.

7.3. A comunicação entre os equipamentos e o sistema e-Saúde poderá ocorrer por meio de: API REST; Web services; Bluetooth mínimo BLE 5.0 (Conectividade Bluetooth de baixa energia); USB; Wi-Fi; Ethernet/LAN; HL7; FHIR; DICOM; XML; CSV; Protocolos proprietários documentados; ou tecnologias equivalentes, devidamente comprovadas.

7.4. A solução deverá suportar integração com sistemas de imagem e PACS, quando aplicável à natureza do equipamento, por meio de DICOM, HL7, FHIR, API REST, Web services ou tecnologia equivalente devidamente comprovada, incluindo, quando aplicável, suporte a worklist bidirecional (Modality Worklist – MWL) e/ou mecanismo equivalente de associação automática entre ordem de serviço e exame.

7.5. A solução deverá possibilitar, minimamente:

- a) identificação e associação do paciente ao exame realizado;
- b) transmissão dos exames, imagens, curvas, sinais vitais ou laudos para o prontuário eletrônico;
- c) exportação em formatos digitais amplamente utilizados;
- d) armazenamento estruturado ou documental dos exames;
- e) visualização posterior no prontuário eletrônico;
- f) compartilhamento para tele laudo, teleinterconsulta ou segunda opinião especializada;
- g) transmissão segura dos dados clínicos por rede local ou internet.

7.6. Não serão aceitos equipamentos ou soluções baseadas exclusivamente em exportação manual de arquivos, utilização de pendrive, upload manual de documentos ou processos que dependam exclusivamente de intervenção operacional do usuário para anexação ao prontuário eletrônico.

QUANTIDADE: 04 unidades (UN)

COTA PRINCIPAL DE ATÉ 75% – AMPLA PARTICIPAÇÃO

ITEM 03 – CÓDIGO 65.08.05.84462-9 – DERMATOSCÓPIO DIGITAL.

1. Características Técnicas do Dermatoscópio:

1.1. Estrutura: Construído em corpo e ponteira de material resistente, durável e de superfície lisa e não porosa.

1.2. Assepsia e Limpeza: Permite fácil limpeza e desinfecção entre pacientes com álcool e desinfetantes hospitalares de uso tópico, sem sofrer degradação da lente, da carcaça ou da qualidade óptica.

1.3. Óptica: Lente de cristal com espessura de, no mínimo, 10 mm, com componentes removíveis. Alcance de foco com ampliação de, no mínimo, 10 vezes.

1.4. Visualização: Modos de visualização polarizada e não polarizada.

1.5. Iluminação: Sistema de iluminação própria com o mínimo de 4 LEDs Ultra Bright (luz branca) de alta potência, com distribuição homogênea e nitidez de imagem.

1.6. Vedação: Compatível com o uso de gel ou óleo dermatológico. Grau de proteção contra líquidos de acordo com a norma IPX4 ou superior.

1.7. Captura de Imagem:

Deverá ser fornecido aparelho smartphone, totalmente compatível com o dermatoscópio ofertado para captura de imagens com as seguintes características mínimas:

Câmera digital com resolução mínima superior a 10 Megapixels.

Sistema operacional compatível com aplicativos de telediagnóstico.

Conectividade via USB, Wi-Fi e/ou 4G.

Armazenamento interno mínimo de 64 GB.

Autonomia de bateria de, no mínimo, 6 horas de uso contínuo.

2. Acessórios Obrigatórios por equipamento:

01 Adaptador dedicado para fixação em smartphone

01 Fonte de alimentação / carregador (bivolt automático, compatível com 110V/220V);

01 Estojo rígido para transporte e proteção do kit completo;

Mínimo de 02 unidades de panos de limpeza óptica e protetores de lente;

01 Manual de operação em língua portuguesa.

3. Configuração, software e conectividade:

3.1. Requisitos de configuração:

O dispositivo deverá ser fornecido previamente configurado e parametrizado para operação integrada conjunta com o dermatoscópio. Deve incluir todos os aplicativos, drivers e conectividade necessários para a captura, visualização, arquivamento imediato, transmissão e gerenciamento das imagens clínicas das lesões de pele.

3.2. Integração e conectividade (e-saúde SMS Curitiba):

O dermatoscópio digital com smartphone deverá permitir a captura, o armazenamento temporário e a transmissão das imagens dermatológicas vinculadas diretamente ao cadastro do paciente atendido no sistema e-Saúde.

As imagens deverão ser transmitidas de forma automática ou semiautomática para o sistema de prontuário eletrônico e-Saúde utilizado pela Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, permitindo as seguintes funcionalidades:

Anexação direta ao prontuário do paciente;

Emissão de tele laudo;

Acompanhamento evolutivo de lesões;

Comparação seriada de imagens;

Compartilhamento remoto seguro.

4. Requisitos de Interoperabilidade e Integração com o Sistema e-Saúde:

O equipamento e a solução de software integradora ofertados deverão ser plenamente compatíveis com o sistema de prontuário eletrônico e-Saúde utilizado pela Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, contemplando obrigatoriamente mecanismos de interoperabilidade para transmissão, armazenamento, visualização e recuperação dos exames, imagens, sinais vitais, laudos e demais dados clínicos produzidos pelos equipamentos fornecidos.

A integração deverá permitir a associação dos exames e registros ao paciente previamente identificado no sistema e-Saúde, garantindo rastreabilidade, integridade e disponibilidade das informações clínicas.

A comunicação entre os equipamentos e o sistema e-Saúde poderá ocorrer por meio de: API REST; Web services; Bluetooth mínimo BLE 5.0 (Conectividade Bluetooth de baixa energia); USB; Wi-Fi; Ethernet/LAN; HL7; FHIR; DICOM; XML; CSV; Protocolos proprietários documentados; ou tecnologias equivalentes, devidamente comprovadas.

A solução deverá suportar integração com sistemas de imagem e PACS, quando aplicável à natureza do equipamento, por meio de DICOM, HL7, FHIR, API REST, Web services ou tecnologia equivalente devidamente comprovada, incluindo, quando aplicável, suporte a worklist bidirecional (Modality Worklist – MWL) e/ou mecanismo equivalente de associação automática entre ordem de serviço e exame.

A solução deverá possibilitar, minimamente:

- a) Identificação e associação do paciente ao exame realizado;
- b) Transmissão dos exames, imagens, curvas, sinais vitais ou laudos para o prontuário eletrônico;
- c) Exportação em formatos digitais amplamente utilizados;
- d) Armazenamento estruturado ou documental dos exames;
- e) Visualização posterior no prontuário eletrônico;
- f) Compartilhamento para tele laudo, teleinterconsulta ou segunda opinião especializada;
- g) Transmissão segura dos dados clínicos por rede local ou internet.

Não serão aceitos equipamentos ou soluções baseadas exclusivamente em exportação manual de arquivos, utilização de pendrive, upload manual de documentos ou processos que dependam exclusivamente de intervenção operacional do usuário para anexação ao prontuário eletrônico.

QUANTIDADE: 128 unidades (UN)

COTA PRINCIPAL DE ATÉ 75% – AMPLA PARTICIPAÇÃO

ITEM 04 – CÓDIGO 65.08.05.84503-7 – RETINÓGRAFO DIGITAL.

1. Descrição Geral do Equipamento:

Retinógrafo digital portátil, não midriático, de uso clínico e hospitalar, com tecnologia digital avançada, operação automática e manual, destinado à teleoftalmologia. Deve possuir registro ativo na ANVISA e atender às normas de segurança elétrica e desempenho eletromédico.

2. Especificações Técnicas do Retinógrafo:

Tipo e Constituição: Portátil, acoplável a smartphone, construído em material resistente a impactos.

Dimensões e Peso (sem smartphone): Peso máximo de **750g** e dimensões máximas de **200 mm x 150 mm x 140 mm**.

Pupila Mínima: **3 mm** (permitindo exames sem dilatação).

Sistema de Foco: Autofoco e foco manual na faixa de **-20D a +20D**.

Campos de visada (FOV): Horizontal de **55 graus** e Vertical de **45 graus**.

Pontos de Fixação Interna: Mínimo de **9 pontos** de fixação interna para guiar o olhar do paciente durante os exames.
Resolução do Sensor: Resolução mínima de **12 MP**.

Formatos de Saída: JPEG, PDF e DICOM.

Modos de Captura: Colorido, *Red free*, Infravermelho (para retina e segmento anterior) e fotodocumentação da superfície ocular e periocular.

Iluminação: Branca, azul cobalto (para meibografia) e infravermelha.

3. Funcionalidades Clínicas, Edição e Inteligência Artificial:

Mapeamento e Imagens Panorâmicas: Capacidade de gerar imagens por varredura ou criação de mosaicos para mapeamento periférico da retina.

Análise Glaucomatosa e Nervo Óptico: Captura de imagens e estéreo-fotos do disco/nervo óptico para diagnóstico de glaucoma, incluindo ferramenta para cálculo de **CDR** (*Cup-to-Disc Ratio*).

Progressão do Paciente: Permite comparar exames seriados utilizando fotos de **3 MP ou superior**.

Inteligência Artificial: Sistema de IA auxiliar integrado para análise de alterações retinianas e suspeita de anormalidades (ex: glaucoma, Retinopatia Diabética [DR] e Degeneração Macular Relacionada à Idade [DMRI]).

4. Software e Regras de Integração (e-Saúde Curitiba):

Plataforma: Sistema em nuvem integrado para armazenamento e acesso multiprovidos (via web ou aplicativo), permitindo criar perfis de acesso, realizar exames e gerar laudos remotamente.

Interoperabilidade SMS Curitiba: Os exames oftalmológicos e as respectivas imagens deverão ser passíveis de integração direta com o sistema de prontuário eletrônico **e-Saúde utilizado pela Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba**, independentemente da utilização da plataforma proprietária do fabricante, atendendo aos seguintes critérios:

Obrigação funcional de realizar a integração com os sistemas de telemedicina e prontuário eletrônico locais;

Funcionamento independente, **sem depender da nuvem proprietária** do fabricante.

Especificações Mínimas do Smartphone (Incluso):

O equipamento deverá ser fornecido em conjunto com um smartphone integrado que atenda aos seguintes requisitos mínimos:

Sistema Operacional: Android 11 ou superior.

Tela: Mínimo de **6,2 polegadas** com tecnologia AMOLED ou superior e resolução mínima de **2400 x 1080 pixels**.

Processador: Qualcomm Snapdragon de 8 núcleos (1x 2,9 GHz, 3x 2,8 GHz, 4x 2,2 GHz).

Memória e Armazenamento: Mínimo de **8 GB de Memória RAM** e mínimo de **128 GB de armazenamento interno**.

Conectividade: Wi-Fi e 4G.

Bateria: Mínimo de **4000 mAh** (capacidade mínima para a realização de aproximadamente 60 exames sem recarga).

5. Acessórios obrigatórios para cada equipamento:

- 01 Carregador de mesa de 110/220 V para 1 cabo;
- 01 Cabo recarregável com bateria de lítio;
- 01 Fonte para carregamento (127 V ou bivolt automático);
- 01 Suporte para lâmpada de fenda, compatível com o retinógrafo;
- 01 Estojo/maleta para transporte e proteção do kit.

6. Garantia e Suporte:

Garantia mínima de 01 (um) ano.

Assistência técnica autorizada em território nacional, localizada preferencialmente em Curitiba ou Região Metropolitana.
Fornecimento de treinamentos operacionais.

7. Requisitos de Interoperabilidade e Integração com o Sistema e-Saúde:

O equipamento e a solução de software integradora ofertados deverão ser plenamente compatíveis com o sistema de prontuário eletrônico e-Saúde utilizado pela Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, contemplando obrigatoriamente mecanismos de interoperabilidade para transmissão, armazenamento, visualização e recuperação dos exames, imagens, sinais vitais, laudos e demais dados clínicos produzidos pelos equipamentos fornecidos.

A integração deverá permitir a associação dos exames e registros ao paciente previamente identificado no sistema e-Saúde, garantindo rastreabilidade, integridade e disponibilidade das informações clínicas.

A comunicação entre os equipamentos e o sistema e-Saúde poderá ocorrer por meio de: API REST; Web services; Bluetooth mínimo BLE 5.0 (Conectividade Bluetooth de baixa energia); USB; Wi-Fi; Ethernet/LAN; HL7; FHIR; DICOM; XML; CSV; Protocolos proprietários documentados; ou tecnologias equivalentes, devidamente comprovadas.

A solução deverá suportar integração com sistemas de imagem e PACS, quando aplicável à natureza do equipamento, por meio de DICOM, HL7, FHIR, API REST, Web services ou tecnologia equivalente devidamente comprovada, incluindo, quando aplicável, suporte a worklist bidirecional (Modality Worklist – MWL) e/ou mecanismo equivalente de associação automática entre ordem de serviço e exame.

A solução deverá possibilitar, minimamente:

- a) Identificação e associação do paciente ao exame realizado;
- b) Transmissão dos exames, imagens, curvas, sinais vitais ou laudos para o prontuário eletrônico;
- c) Exportação em formatos digitais amplamente utilizados;
- d) Armazenamento estruturado ou documental dos exames;
- e) Visualização posterior no prontuário eletrônico;
- f) Compartilhamento para tele laudo, teleinterconsulta ou segunda opinião especializada;
- g) Transmissão segura dos dados clínicos por rede local ou internet.

Não serão aceitos equipamentos ou soluções baseadas exclusivamente em exportação manual de arquivos, utilização de pendrive, upload manual de documentos ou processos que dependam exclusivamente de intervenção operacional do usuário para anexação ao prontuário eletrônico.

QUANTIDADE: 10 unidades (UN)

COTA RESERVADA ATÉ 25% – ME/EPP/MEI

ITEM 05 – CÓDIGO 65.08.05.85726-0 – DERMATOSCÓPIO DIGITAL (COTA ME/EPP/MEI).

1. Características Técnicas do Dermatoscópio:

1.1. Estrutura: Construído em corpo e ponteira de material resistente, durável e de superfície lisa e não porosa.

1.2. Assepsia e Limpeza: Permite fácil limpeza e desinfecção entre pacientes com álcool e desinfetantes hospitalares de uso tópico, sem sofrer degradação da lente, da carcaça ou da qualidade óptica.

1.3. Óptica: Lente de cristal com espessura de, no mínimo, 10 mm, com componentes removíveis. Alcance de foco com ampliação de, no mínimo, 10 vezes.

1.4. Visualização: Modos de visualização polarizada e não polarizada.

1.5. Iluminação: Sistema de iluminação própria com o mínimo de 4 LEDs Ultra Bright (luz branca) de alta potência, com distribuição homogênea e nitidez de imagem.

1.6. Vedação: Compatível com o uso de gel ou óleo dermatológico. Grau de proteção contra líquidos de acordo com a norma IPX4 ou superior.

1.7. Captura de Imagem:

Deverá ser fornecido aparelho smartphone, totalmente compatível com o dermatoscópio ofertado para captura de imagens com as seguintes características mínimas:

Câmera digital com resolução mínima superior a 10 Megapixels.

Sistema operacional compatível com aplicativos de telediagnóstico.

Conectividade via USB, Wi-Fi e/ou 4G.

Armazenamento interno mínimo de 64 GB.

Autonomia de bateria de, no mínimo, 6 horas de uso contínuo.

2. Acessórios Obrigatórios por equipamento:

01 Adaptador dedicado para fixação em smartphone

01 Fonte de alimentação / carregador (bivolt automático, compatível com 110V/220V);

01 Estojo rígido para transporte e proteção do kit completo;
Mínimo de 02 unidades de panos de limpeza óptica e protetores de lente;
01 Manual de operação em língua portuguesa.

3. Configuração, software e conectividade:

3.1. Requisitos de configuração:

O dispositivo deverá ser fornecido previamente configurado e parametrizado para operação integrada conjunta com o dermatoscópio. Deve incluir todos os aplicativos, drivers e conectividade necessários para a captura, visualização, arquivamento imediato, transmissão e gerenciamento das imagens clínicas das lesões de pele.

3.2. Integração e conectividade (e-saúde SMS Curitiba):

O dermatoscópio digital com smartphone deverá permitir a captura, o armazenamento temporário e a transmissão das imagens dermatológicas vinculadas diretamente ao cadastro do paciente atendido no sistema e-Saúde.

As imagens deverão ser transmitidas de forma automática ou semiautomática para o sistema de prontuário eletrônico e-Saúde utilizado pela Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, permitindo as seguintes funcionalidades:

Anexação direta ao prontuário do paciente;

Emissão de tele laudo

Acompanhamento evolutivo de lesões;

Comparação seriada de imagens;

Compartilhamento remoto seguro.

4. Requisitos de Interoperabilidade e Integração com o Sistema e-Saúde:

O equipamento e a solução de software integradora ofertados deverão ser plenamente compatíveis com o sistema de prontuário eletrônico e-Saúde utilizado pela Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, contemplando obrigatoriamente mecanismos de interoperabilidade para transmissão, armazenamento, visualização e recuperação dos exames, imagens, sinais vitais, laudos e demais dados clínicos produzidos pelos equipamentos fornecidos.

A integração deverá permitir a associação dos exames e registros ao paciente previamente identificado no sistema e-Saúde, garantindo rastreabilidade, integridade e disponibilidade das informações clínicas.

A comunicação entre os equipamentos e o sistema e-Saúde poderá ocorrer por meio de: API REST; Web services; Bluetooth mínimo BLE 5.0 (Conectividade Bluetooth de baixa energia); USB; Wi-Fi; Ethernet/LAN; HL7; FHIR; DICOM; XML; CSV; Protocolos proprietários documentados; ou tecnologias equivalentes, devidamente comprovadas.

A solução deverá suportar integração com sistemas de imagem e PACS, quando aplicável à natureza do equipamento, por meio de DICOM, HL7, FHIR, API REST, Web services ou tecnologia equivalente devidamente comprovada, incluindo, quando aplicável, suporte a worklist bidirecional (Modality Worklist – MWL) e/ou mecanismo equivalente de associação automática entre ordem de serviço e exame.

A solução deverá possibilitar, minimamente:

- a) Identificação e associação do paciente ao exame realizado;
- b) Transmissão dos exames, imagens, curvas, sinais vitais ou laudos para o prontuário eletrônico;
- c) Exportação em formatos digitais amplamente utilizados;
- d) Armazenamento estruturado ou documental dos exames;
- e) Visualização posterior no prontuário eletrônico;
- f) Compartilhamento para tele laudo, teleinterconsulta ou segunda opinião especializada;
- g) Transmissão segura dos dados clínicos por rede local ou internet.

Não serão aceitos equipamentos ou soluções baseadas exclusivamente em exportação manual de arquivos, utilização de pendrive, upload manual de documentos ou processos que dependam exclusivamente de intervenção operacional do usuário para anexação ao prontuário eletrônico.

QUANTIDADE: 42 unidades (UN)

COTA PRINCIPAL DE ATÉ 75% – AMPLA PARTICIPAÇÃO

ITEM 06 – CÓDIGO 65.08.05.87715-1 – OTOSCÓPIO, DIGITAL, PARA TELESSAÚDE.

1. Descrição Geral do Equipamento:

Equipamento médico portátil, leve e ergonômico, adequado ao uso manual em ambientes ambulatoriais, hospitalares ou em unidades de atenção primária. Destinado à avaliação clínica do conduto auditivo externo e da membrana timpânica, com capacidade de captura, transmissão e armazenamento de imagens e vídeos em tempo real, permitindo teleconsulta, teleinterconsulta e tele laudo médico. Deve possuir registro ou cadastro ativo na ANVISA e atender às normas aplicáveis de segurança elétrica e desempenho para equipamentos eletromédicos, incluindo a série **IEC 60601**, quando aplicável.

2. Características Técnicas, Ópticas e de Imagem:

Sensor de Imagem: Digital de alta sensibilidade, com tecnologia CMOS ou equivalente.

Resolução: Captura de imagens com resolução mínima de **5 Megapixels** e gravação/transmissão de vídeo em resolução mínima **Full HD (1080p)**.

Óptica e Foco: Ampliação óptica mínima de **3x**, com suporte a ampliação digital adicional para análise detalhada. Sistema de foco automático ou manual, com ajuste preciso para obtenção de imagens nítidas.

Campo de Visão: Adequado para visualização do conduto auditivo e membrana timpânica, com diâmetro mínimo de observação de **3 mm**.

Iluminação: Sistema por LED de alta intensidade, com controle automático ou manual de luminosidade.

Alimentação: Bateria interna recarregável ou via conexão USB, com autonomia mínima de **2 horas** de uso contínuo em modo bateria.

3. Conectividade, Software e Requisitos de Telemedicina:

Conectividade: Interfaces via USB, Wi-Fi ou Bluetooth mínimo BLE 5.0 (Conectividade Bluetooth de baixa energia), permitindo transmissão de imagem em tempo real para monitor, computador ou smartphone para avaliação simultânea por profissional remoto.

Compatibilidade: Compatível com os sistemas operacionais Windows, Android ou iOS.

Armazenamento e Exportação: Suporte a armazenamento em memória interna ou em dispositivo conectado. Exportação de arquivos em formatos amplamente utilizados como JPEG, PNG, MP4 ou equivalentes.

Software/Aplicativo Incluso: Aplicativo dedicado para captura, visualização, armazenamento e compartilhamento de imagens e vídeos, permitindo a identificação do paciente, registro de data/hora do exame, acompanhamento evolutivo e envio para tele laudo.

4. Regras de Integração (e-Saúde Curitiba):

O equipamento deverá possibilitar a integração com plataformas de telemedicina, prontuário eletrônico e sistemas de gestão clínica para o compartilhamento seguro das informações. As imagens e vídeos capturados deverão atender estritamente aos requisitos da **Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba**:

Associação direta dos exames ao cadastro do paciente no sistema **e-Saúde**;

Integração funcional automatizada, sem dependência exclusiva de exportação ou upload manual de arquivos.

5. Acessórios Obrigatórios para cada equipamento:

01 Cabo de conexão USB ou equivalente para comunicação e transferência de dados;

01 Carregador ou cabo para recarga da bateria (quando aplicável);

10 (dez) Conjuntos de espéculos auriculares (reutilizáveis ou descartáveis) em diferentes tamanhos;

01 Estojo ou maleta para transporte e proteção do equipamento;

01 Manual de operação em língua portuguesa;

01 Certificado de garantia do fabricante.

6. Garantia, Suporte e Assistência Técnica:

Garantia mínima de 01 (um) ano.

Prestação de suporte técnico para instalação, configuração e treinamento operacional dos profissionais de saúde.

Assistência técnica autorizada em território nacional, localizada preferencialmente em Curitiba ou Região Metropolitana.

7. Requisitos de Interoperabilidade e Integração com o Sistema e-Saúde:

7.1. A comunicação entre os equipamentos e o sistema e-Saúde poderá ocorrer por meio de: API REST; Web services; Bluetooth mínimo BLE 5.0 (Conectividade Bluetooth de baixa energia); USB; Wi-Fi; Ethernet/LAN; HL7; FHIR; DICOM; XML; CSV; Protocolos proprietários documentados; ou tecnologias equivalentes, devidamente comprovadas.

A solução deverá suportar integração com sistemas de imagem e PACS, quando aplicável à natureza do equipamento, por meio de DICOM, HL7, FHIR, API REST, Web services ou tecnologia equivalente devidamente comprovada, incluindo, quando aplicável, suporte a worklist bidirecional (Modality Worklist – MWL) e/ou mecanismo equivalente de associação automática entre ordem de serviço e exame.

7.2. A solução deverá possibilitar, minimamente:

a) identificação e associação do paciente ao exame realizado;

b) transmissão dos exames, imagens, curvas, sinais vitais ou laudos para o prontuário eletrônico;

c) exportação em formatos digitais amplamente utilizados;

d) armazenamento estruturado ou documental dos exames;

- e) visualização posterior no prontuário eletrônico;
- f) compartilhamento para tele laudo, teleinterconsulta ou segunda opinião especializada;
- g) transmissão segura dos dados clínicos por rede local ou internet.

7.3. Não serão aceitos equipamentos ou soluções baseadas exclusivamente em exportação manual de arquivos, utilização de pendrive, upload manual de documentos ou processos que dependam exclusivamente de intervenção operacional do usuário para anexação ao prontuário eletrônico.

QUANTIDADE: 196 unidades (UN)

COTA RESERVADA ATÉ 25% – ME/EPP/MEI

ITEM 07 – CÓDIGO 65.09.05.88217-8 – SISTEMA DE DIGITALIZAÇÃO, DE IMAGENS RADIOGRÁFICAS, PARA EXAME INTRAORAL (COTA ME/EPP/MEI).

1. Descrição Geral do Equipamento:

Sistema de digitalização de imagens radiográficas para exame intraoral (scanner de placas de fósforo), destinado a digitalizar radiografias odontológicas intraorais, eliminando o processo de revelação químico convencional. O equipamento deverá converter os dados de imagem armazenados na placa de fósforo em uma imagem radiográfica digital de alta resolução.

2. Características Técnicas e Operacionais do Scanner:

Compatibilidade: Compatível com placas radiográficas de fósforo fotoestimáveis sem metal e/ou ímãs acoplados, sendo compatíveis com vários tipos de scanner.

Alimentação: Tensão nominal bivolt/multitensão (110/127/220/240V), frequência de 50/60Hz.

Modo de Operação: Contínuo.

3. Características das Placas de Fósforo:

Estrutura: Fotoestimável, reutilizável (com apagamento automático/manual após leitura), com espessura e flexibilidade próximas às de um filme radiográfico convencional.

Desempenho: Deve gerar imagens nítidas de alta resolução com baixo tempo de exposição aos raios-X e proporcionar leitura rápida (escaneamento em poucos segundos com transferência imediata para o computador).

4. Software, Formatos e Regras de Integração (e-Saúde Curitiba):

Licenciamento: Inclusão de licença ilimitada do software de operação e diagnóstico.

Ferramentas do Software: Recursos de edição e manipulação como rotação, zoom, ajuste de brilho, contraste, inversão de cores, entre outras.

Formatos de Exportação: Suporte a formatos amplamente utilizados em saúde, incluindo JPEG, PNG, PDF e, preferencialmente, DICOM.

Interoperabilidade SMS Curitiba: O sistema e seu software deverão permitir a integração nativa com sistemas de imagem, PACS, teleodontologia e o prontuário eletrônico **e-Saúde utilizado pela Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba**, garantindo:

Armazenamento, visualização, vinculação automática e recuperação das imagens radiográficas digitais direto no cadastro do paciente;

Disponibilização imediata no prontuário eletrônico para acompanhamento clínico evolutivo e emissão de tele laudo.

5. Kits de Insumos e Componentes Acompanhados (Por Unidade):

O equipamento deverá acompanhar, obrigatoriamente:

01 Suporte organizador para placas radiográficas de fósforo;

04 (quatro) Kits de Placas de Fósforo intraorais, onde cada kit deve conter individualmente:

01 Placa de fósforo nº 0 (para exame periapical infantil);

03 Placas de fósforo nº 2 (para exame periapical ou interproximal adulto);

1.000 Capas protetoras para placas de fósforo adulto (nº 2);

500 Capas protetoras para placas de fósforo infantil (nº 0);

1 Limpador específico indicado para higienização e conservação das placas.

6. Instalação, Garantia e Suporte Técnico:

Regime de Entrega: Deverão estar inclusas no fornecimento todas as despesas de instalação, frete e impostos, sem qualquer custo adicional para a contratante.

Garantia: Mínima de 01 (um) ano, contado a partir da data de instalação do equipamento.

Capacitação: Fornecimento obrigatório de treinamento operacional para a equipe que operará o equipamento e o software.

Assistência Técnica: Assistência técnica autorizada em território nacional, localizada preferencialmente em Curitiba ou Região Metropolitana.

7. Requisitos de Interoperabilidade e Integração com o Sistema e-Saúde:

7.1. O equipamento e a solução de software integradora ofertados deverão ser plenamente compatíveis com o sistema de prontuário eletrônico e-Saúde utilizado pela Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, contemplando obrigatoriamente mecanismos de interoperabilidade para transmissão, armazenamento, visualização e recuperação dos exames, imagens, sinais vitais, laudos e demais dados clínicos produzidos pelos equipamentos fornecidos.

7.2. A integração deverá permitir a associação dos exames e registros ao paciente previamente identificado no sistema e-Saúde, garantindo rastreabilidade, integridade e disponibilidade das informações clínicas.

7.3. A comunicação entre os equipamentos e o sistema e-Saúde poderá ocorrer por meio de: API REST; Web services; Bluetooth mínimo BLE 5.0 (Conectividade Bluetooth de baixa energia); USB; Wi-Fi; Ethernet/LAN; HL7; FHIR; DICOM; XML; CSV; Protocolos proprietários documentados; ou tecnologias equivalentes, devidamente comprovadas.

7.4. A solução deverá suportar integração com sistemas de imagem e PACS, quando aplicável à natureza do equipamento, por meio de DICOM, HL7, FHIR, API REST, Web services ou tecnologia equivalente devidamente comprovada, incluindo, quando aplicável, suporte a worklist bidirecional (Modality Worklist – MWL) e/ou mecanismo equivalente de associação automática entre ordem de serviço e exame.

7.5. A solução deverá possibilitar, minimamente:

- a) identificação e associação do paciente ao exame realizado;
- b) transmissão dos exames, imagens, curvas, sinais vitais ou laudos para o prontuário eletrônico;
- c) exportação em formatos digitais amplamente utilizados;
- d) armazenamento estruturado ou documental dos exames;
- e) visualização posterior no prontuário eletrônico;
- f) compartilhamento para tele laudo, teleinterconsulta ou segunda opinião especializada;
- g) transmissão segura dos dados clínicos por rede local ou internet.

7.6. Não serão aceitos equipamentos ou soluções baseadas exclusivamente em exportação manual de arquivos, utilização de pendrive, upload manual de documentos ou processos que dependam exclusivamente de intervenção operacional do usuário para anexação ao prontuário eletrônico.

QUANTIDADE: 01 unidade (UN)

COTA RESERVADA ATÉ 25% – ME/EPP/MEI

ITEM 08 – CÓDIGO 65.08.05.88224-6 – ESPIRÔMETRO DIGITAL PARA TELESSAÚDE (COTA ME/EPP/MEI).

Aplicação: Equipamento para uso em unidades ambulatoriais, hospitalares ou na Atenção Primária à Saúde (APS).

1. Características Técnicas e Funcionais:

1.1. Mecanismo de Medição: Baseado em sensor de fluxo digital (turbina, pneumotacógrafo ultrassônico ou tecnologia equivalente).

1.2. Parâmetros Mínimos Mensuráveis:

- a) CVF (Capacidade Vital Forçada);
- b) VEF₁ (Volume Expiratório Forçado no primeiro segundo);
- c) VEF₁/CVF
- d) PEF (Pico de Fluxo Expiratório);
- e) FEF 25–75%
- f) CVL (capacidade vital lenta)
- g) Testes Pré/Pós-Broncodilatador

1.3. Gráficos Gerados: Geração e visualização das curvas Fluxo-Volume e Volume-Tempo.

1.4. Volumes: mínimo de 8 litros (BTPS).

1.5. Precisão de volume: de no mínimo $\pm 3\%$ ou $\pm 0,050L$.

1.6. Precisão de fluxo: de no mínimo de $\pm 5\%$ ou $\pm 0,200 L/s$ (200 mL/s).

1.7. Faixa de Medição de Fluxo: $\pm 14 L/s$ ou mais.

1.8. Resistência: não exceder 0,15kPa (l/s) ou 1,5 cmH₂O / l/s.

1.9. Reprodutibilidade: Atendimento integral aos critérios recomendados por diretrizes internacionais de função pulmonar. (AMERICAN THORACIC SOCIETY (ATS) e da EUROPEAN RESPIRATORY SOCIETY-ERS) para testes espirométricos de 2019.

1.10. Visualização de Resultados: Visualização das curvas e parâmetros em display colorido integrado ao próprio equipamento ou em dispositivo conectado (computador, tablet ou smartphone) via software dedicado.

1.11. Calibração: Possibilidade de calibração automática ou manual.

1.12. Preditos Espirométricos: Contemplando no mínimo Pereira, Jones (pediatria), GLI, com limites inferiores da normalidade.

1.13. Comunicação: USB, WI-FI ou BLUETOOTH com padrão mínimo BLE 5.0 (Conectividade Bluetooth de baixa energia), permitindo transmissão de dados para sistemas de telessaúde e prontuário eletrônico.

2. Alimentação e Autonomia:

- a) Alimentação por bateria recarregável interna com autonomia mínima de 4 horas de uso contínuo ou capacidade para a realização de múltiplos exames por carga, e/ou alimentação elétrica 110V ou bivolt.
- b) Interface de Carga: Conexão via porta USB ou equivalente.

3. Requisitos telessaúde e integração e-saúde:

O equipamento e seu respectivo sistema deverão atender integralmente aos seguintes requisitos de telessaúde:

- a) Envio remoto de exames para avaliação por profissional especializado.
- b) Compartilhamento de dados por internet ou rede local.
- c) Geração de relatórios digitais para anexação em prontuário eletrônico.
- d) O equipamento e seu software deverão permitir integração funcional com as plataformas de telemedicina, tele laudo o sistema de prontuário eletrônico e-Saúde utilizado pela Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, viabilizando:
 - Transmissão dos exames espirométricos;
 - Envio de curvas e parâmetros respiratórios;
 - Anexação automática ou semiautomática dos exames ao prontuário do paciente;
 - Compartilhamento remoto seguro para tele laudo e telemedicina

4. Interoperabilidade e Conectividade EMR/EHR:

O sistema deverá possuir capacidade de integração nativa ou via software utilizando protocolos padronizados de saúde e formatos digitais de interoperabilidade (incluindo HL7, GDT, FHIR, DICOM, CSV, XML, PDF ou *Exchange Protocol*), garantindo a total compatibilidade com sistemas clínicos e prontuários eletrônicos externos.

Compartilhamento remoto seguro para fins de emissão de tele laudo ou realização de teleinterconsultas através da internet ou rede local.

5. Software de Gerenciamento e Análise:

Funcionalidades: Software dedicado para análise das curvas espirométricas, geração de relatórios digitais configuráveis e envio de exames para avaliação remota por profissional especializado.

Gestão de Dados: O software fornecido deverá possuir capacidade nativa para cadastro de pacientes, armazenamento seguro de exames em banco de dados (local ou em rede) e interoperabilidade com sistemas externos.

Registro ou cadastro ativo na ANVISA

Atendimento as normas de segurança aplicáveis a equipamentos eletromédicos, incluindo série IEC 60601, quando aplicável.

6. Acessórios que deverão acompanhar cada equipamento:

01 (um) cabo de conexão USB ou equivalente para comunicação com computador;

01 (um) carregador ou cabo para recarga da bateria (se equipamento com bateria);

100 (cem) unidades de bocais descartáveis compatíveis com o equipamento;

25 (vinte e cinco) filtros bacterianos/virais descartáveis (quando aplicável ao modelo).

*****Nota de Biossegurança:** Caso o equipamento utilize sistema de proteção equivalente (ex: turbina descartável ou filtro integrado não substituível), o mecanismo de biossegurança adotado e sua conformidade com as normas ATS/ERS deverá estar expressamente informado no manual, catálogo ou documento técnico equivalente do equipamento.

01 (um) software de análise e gerenciamento de exames;

01 (um) estojo ou maleta para transporte seguro do equipamento e acessórios;

01 (um) manual de operação impresso ou digital em língua portuguesa.

7. Garantia e Suporte Técnico:

Garantia: Mínima de 1(um) ano contra defeitos de fabricação.

Assistência Técnica: Assistência técnica autorizada em território nacional, com preferência de atendimento em Curitiba ou Região Metropolitana.

Serviços Inclusos: Suporte técnico para instalação, parametrização/configuração do software com os sistemas da CONTRATANTE e treinamento operacional completo para a equipe técnica indicada.

8. Requisitos de Interoperabilidade e Integração com o Sistema e-Saúde:

8.1. A integração deverá permitir a associação dos exames e registros ao paciente previamente identificado no sistema e-Saúde, garantindo rastreabilidade, integridade e disponibilidade das informações clínicas.

8.2. A comunicação entre os equipamentos e o sistema e-Saúde poderá ocorrer por meio de: API REST; Web services; Bluetooth mínimo BLE 5.0; USB; Wi-Fi; Ethernet/LAN; HL7; FHIR; DICOM; XML; CSV; Protocolos proprietários documentados; ou tecnologias equivalentes, devidamente comprovadas.

8.3 A solução deverá suportar integração com sistemas de imagem e PACS, quando aplicável à natureza do equipamento, por meio de DICOM, HL7, FHIR, API REST, Web services ou tecnologia equivalente devidamente comprovada, incluindo, quando aplicável, suporte a worklist bidirecional (Modality Worklist – MWL) e/ou mecanismo equivalente de associação automática entre ordem de serviço e exame.

8.4. A solução deverá possibilitar, minimamente:

- a) identificação e associação do paciente ao exame realizado;
- b) transmissão dos exames, imagens, curvas, sinais vitais ou laudos para o prontuário eletrônico;
- c) exportação em formatos digitais amplamente utilizados;
- d) armazenamento estruturado ou documental dos exames;
- e) visualização posterior no prontuário eletrônico;
- f) compartilhamento para tele laudo, teleinterconsulta ou segunda opinião especializada;
- g) transmissão segura dos dados clínicos por rede local ou internet.

8.5. Não serão aceitos equipamentos ou soluções baseadas exclusivamente em exportação manual de arquivos, utilização de pendrive, upload manual de documentos ou processos que dependam exclusivamente de intervenção operacional do usuário para anexação ao prontuário eletrônico.

QUANTIDADE: 03 unidades (UN)

COTA RESERVADA ATÉ 25% – ME/EPP/MEI

ITEM 09 – CÓDIGO 65.08.05.88226-3 – RETINÓGRAFO DIGITAL (COTA ME/EPP/MEI).

1. Descrição Geral do Equipamento:

Retinógrafo digital portátil, não midriático, de uso clínico e hospitalar, com tecnologia digital avançada, operação automática e manual, destinado à teleoftalmologia. Deve possuir registro ativo na ANVISA e atender às normas de segurança elétrica e desempenho eletromédico.

2. Especificações Técnicas do Retinógrafo:

Tipo e Constituição: Portátil, acoplável a smartphone, construído em material resistente a impactos.

Dimensões e Peso (sem smartphone): Peso máximo de **750g** e dimensões máximas de **200 mm x 150 mm x 140 mm**.

Pupila Mínima: **3 mm** (permitindo exames sem dilatação).

Sistema de Foco: Autofoco e foco manual na faixa de **-20D a +20D**.

Campos de visada (FOV): Horizontal de **55 graus** e Vertical de **45 graus**.

Pontos de Fixação Interna: Mínimo de **9 pontos** de fixação interna para guiar o olhar do paciente durante os exames.

Resolução do Sensor: Resolução mínima de **12 MP**.

Formatos de Saída: JPEG, PDF e DICOM.

Modos de Captura: Colorido, *Red free*, Infravermelho (para retina e segmento anterior) e fotodocumentação da superfície ocular e periocular.

Iluminação: Branca, azul cobalto (para meibografia) e infravermelha.

3. Funcionalidades Clínicas, Edição e Inteligência Artificial:

Mapeamento e Imagens Panorâmicas: Capacidade de gerar imagens por varredura ou criação de mosaicos para mapeamento periférico da retina.

Análise Glaucomatosa e Nervo Óptico: Captura de imagens e estéreo-fotos do disco/nervo óptico para diagnóstico de glaucoma, incluindo ferramenta para cálculo de **CDR** (*Cup-to-Disc Ratio*).

Progressão do Paciente: Permite comparar exames seriados utilizando fotos de **3 MP ou superior**.

Inteligência Artificial: Sistema de IA auxiliar integrado para análise de alterações retinianas e suspeita de anormalidades (ex: glaucoma, Retinopatia Diabética [DR] e Degeneração Macular Relacionada à Idade [DMRI]).

4. Software e Regras de Integração (e-Saúde Curitiba):

Plataforma: Sistema em nuvem integrado para armazenamento e acesso multiprovidos (via web ou aplicativo), permitindo criar perfis de acesso, realizar exames e gerar laudos remotamente.

Interoperabilidade SMS Curitiba: Os exames oftalmológicos e as respectivas imagens deverão ser passíveis de integração direta com o sistema de prontuário eletrônico **e-Saúde utilizado pela Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba**, independentemente da utilização da plataforma proprietária do fabricante, atendendo aos seguintes critérios:

Obrigação funcional de realizar a integração com os sistemas de telemedicina e prontuário eletrônico locais;

Funcionamento independente, **sem depender da nuvem proprietária** do fabricante.

Especificações Mínimas do Smartphone (Incluso):

O equipamento deverá ser fornecido em conjunto com um smartphone integrado que atenda aos seguintes requisitos mínimos:

Sistema Operacional: Android 11 ou superior.

Tela: Mínimo de **6,2 polegadas** com tecnologia AMOLED ou superior e resolução mínima de **2400 x 1080 pixels**.

Processador: Qualcomm Snapdragon de 8 núcleos (1x 2,9 GHz, 3x 2,8 GHz, 4x 2,2 GHz).

Memória e Armazenamento: Mínimo de **8 GB de Memória RAM** e mínimo de **128 GB de armazenamento interno**.

Conectividade: Wi-Fi e 4G.

Bateria: Mínimo de **4000 mAh** (capacidade mínima para a realização de aproximadamente 60 exames sem recarga).

5. Acessórios obrigatórios para cada equipamento:

- 01 Carregador de mesa de 110/220 V para 1 cabo;
- 01 Cabo recarregável com bateria de lítio;
- 01 Fonte para carregamento (127 V ou bivolt automático);
- 01 Suporte para lâmpada de fenda, compatível com o retinógrafo;
- 01 Estojo/maleta para transporte e proteção do kit.

6. Garantia e Suporte:

Garantia mínima de 01 (um) ano.

Assistência técnica autorizada em território nacional, localizada preferencialmente em Curitiba ou Região Metropolitana.

Fornecimento de treinamentos operacionais.

7. Requisitos de Interoperabilidade e Integração com o Sistema e-Saúde:

O equipamento e a solução de software integradora ofertados deverão ser plenamente compatíveis com o sistema de prontuário eletrônico e-Saúde utilizado pela Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, contemplando obrigatoriamente mecanismos de interoperabilidade para transmissão, armazenamento, visualização e recuperação dos exames, imagens, sinais vitais, laudos e demais dados clínicos produzidos pelos equipamentos fornecidos.

A integração deverá permitir a associação dos exames e registros ao paciente previamente identificado no sistema e-Saúde, garantindo rastreabilidade, integridade e disponibilidade das informações clínicas.

A comunicação entre os equipamentos e o sistema e-Saúde poderá ocorrer por meio de: API REST; Web services; Bluetooth mínimo BLE 5.0 (Conectividade Bluetooth de baixa energia); USB; Wi-Fi; Ethernet/LAN; HL7; FHIR; DICOM; XML; CSV; Protocolos proprietários documentados; ou tecnologias equivalentes, devidamente comprovadas.

A solução deverá suportar integração com sistemas de imagem e PACS, quando aplicável à natureza do equipamento, por meio de DICOM, HL7, FHIR, API REST, Web services ou tecnologia equivalente devidamente comprovada, incluindo, quando aplicável, suporte a worklist bidirecional (Modality Worklist – MWL) e/ou mecanismo equivalente de associação automática entre ordem de serviço e exame.

A solução deverá possibilitar, minimamente:

- a) identificação e associação do paciente ao exame realizado;
- b) transmissão dos exames, imagens, curvas, sinais vitais ou laudos para o prontuário eletrônico;
- c) exportação em formatos digitais amplamente utilizados;
- d) armazenamento estruturado ou documental dos exames;

- e) visualização posterior no prontuário eletrônico;
- f) compartilhamento para tele laudo, teleinterconsulta ou segunda opinião especializada;
- g) transmissão segura dos dados clínicos por rede local ou internet.

Não serão aceitos equipamentos ou soluções baseadas exclusivamente em exportação manual de arquivos, utilização de pendrive, upload manual de documentos ou processos que dependam exclusivamente de intervenção operacional do usuário para anexação ao prontuário eletrônico.

QUANTIDADE: 03 unidades (UN)

COTA RESERVADA ATÉ 25% – ME/EPP/MEI

ITEM 10 – CÓDIGO 65.08.05.88227-7 – OTOSCÓPIO, DIGITAL, PARA TELESSAÚDE (COTA ME/EPP/MEI).

1. Descrição Geral do Equipamento:

Equipamento médico portátil, leve e ergonômico, adequado ao uso manual em ambientes ambulatoriais, hospitalares ou em unidades de atenção primária. Destinado à avaliação clínica do conduto auditivo externo e da membrana timpânica, com capacidade de captura, transmissão e armazenamento de imagens e vídeos em tempo real, permitindo teleconsulta, teleinterconsulta e tele laudo médico. Deve possuir registro ou cadastro ativo na ANVISA e atender às normas aplicáveis de segurança elétrica e desempenho para equipamentos eletromédicos, incluindo a série **IEC 60601**, quando aplicável.

2. Características Técnicas, Ópticas e de Imagem:

Sensor de Imagem: Digital de alta sensibilidade, com tecnologia CMOS ou equivalente.

Resolução: Captura de imagens com resolução mínima de **5 Megapixels** e gravação/transmissão de vídeo em resolução mínima **Full HD (1080p)**.

Óptica e Foco: Ampliação óptica mínima de **3x**, com suporte a ampliação digital adicional para análise detalhada. Sistema de foco automático ou manual, com ajuste preciso para obtenção de imagens nítidas.

Campo de Visão: Adequado para visualização do conduto auditivo e membrana timpânica, com diâmetro mínimo de observação de **3 mm**.

Iluminação: Sistema por LED de alta intensidade, com controle automático ou manual de luminosidade.

Alimentação: Bateria interna recarregável ou via conexão USB, com autonomia mínima de **2 horas** de uso contínuo em modo bateria.

3. Conectividade, Software e Requisitos de Telemedicina:

Conectividade: Interfaces via USB, Wi-Fi ou Bluetooth mínimo BLE 5.0 (Conectividade Bluetooth de baixa energia), permitindo transmissão de imagem em tempo real para monitor, computador ou smartphone para avaliação simultânea por profissional remoto.

Compatibilidade: Compatível com os sistemas operacionais Windows, Android ou iOS.

Armazenamento e Exportação: Suporte a armazenamento em memória interna ou em dispositivo conectado. Exportação de arquivos em formatos amplamente utilizados como JPEG, PNG, MP4 ou equivalentes.

Software/Aplicativo Incluso: Aplicativo dedicado para captura, visualização, armazenamento e compartilhamento de imagens e vídeos, permitindo a identificação do paciente, registro de data/hora do exame, acompanhamento evolutivo e envio para tele laudo.

4. Regras de Integração (e-Saúde Curitiba):

O equipamento deverá possibilitar a integração com plataformas de telemedicina, prontuário eletrônico e sistemas de gestão clínica para o compartilhamento seguro das informações. As imagens e vídeos capturados deverão atender estritamente aos requisitos da **Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba**:

Associação direta dos exames ao cadastro do paciente no sistema **e-Saúde**;

Integração funcional automatizada, sem dependência exclusiva de exportação ou upload manual de arquivos.

5. Acessórios Obrigatórios para cada equipamento:

- 01 Cabo de conexão USB ou equivalente para comunicação e transferência de dados;
- 01 Carregador ou cabo para recarga da bateria (quando aplicável);
- 10 (dez) Conjuntos de espéculos auriculares (reutilizáveis ou descartáveis) em diferentes tamanhos;
- 01 Estojo ou maleta para transporte e proteção do equipamento;
- 01 Manual de operação em língua portuguesa;

01 Certificado de garantia do fabricante.

6. Garantia, Suporte e Assistência Técnica:

Garantia mínima de 01 (um) ano.

Prestação de suporte técnico para instalação, configuração e treinamento operacional dos profissionais de saúde.

Assistência técnica autorizada em território nacional, localizada preferencialmente em Curitiba ou Região Metropolitana.

7. Requisitos de Interoperabilidade e Integração com o Sistema e-Saúde:

7.1. A comunicação entre os equipamentos e o sistema e-Saúde poderá ocorrer por meio de: API REST; Web services; Bluetooth mínimo BLE 5.0 (Conectividade Bluetooth de baixa energia); USB; Wi-Fi; Ethernet/LAN; HL7; FHIR; DICOM; XML; CSV; Protocolos proprietários documentados; ou tecnologias equivalentes, devidamente comprovadas.

A solução deverá suportar integração com sistemas de imagem e PACS, quando aplicável à natureza do equipamento, por meio de DICOM, HL7, FHIR, API REST, Web services ou tecnologia equivalente devidamente comprovada, incluindo, quando aplicável, suporte a worklist bidirecional (Modality Worklist – MWL) e/ou mecanismo equivalente de associação automática entre ordem de serviço e exame.

7.2. A solução deverá possibilitar, minimamente:

- a) identificação e associação do paciente ao exame realizado;
- b) transmissão dos exames, imagens, curvas, sinais vitais ou laudos para o prontuário eletrônico;
- c) exportação em formatos digitais amplamente utilizados;
- d) armazenamento estruturado ou documental dos exames;
- e) visualização posterior no prontuário eletrônico;
- f) compartilhamento para tele laudo, teleinterconsulta ou segunda opinião especializada;
- g) transmissão segura dos dados clínicos por rede local ou internet.

7.3. Não serão aceitos equipamentos ou soluções baseadas exclusivamente em exportação manual de arquivos, utilização de pendrive, upload manual de documentos ou processos que dependam exclusivamente de intervenção operacional do usuário para anexação ao prontuário eletrônico.

QUANTIDADE: 64 unidades (UN)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
PREGÃO – SMS**

ANEXO B DO TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

CONDIÇÕES GERAIS PARA COTAÇÃO

1. Os produtos cotados nesta licitação devem, obrigatoriamente, estar sujeitos ao regime da Vigilância Sanitária, portanto devem possuir REGISTRO NA ANVISA (exceto smartphones).
2. As empresas participantes desta aquisição, deverão cotar produto novo, sem uso, sendo de primeira linha de fabricação e de primeira qualidade, em estrita observância das especificações do produto constantes neste termo de referência e edital.
3. Não serão aceitos equipamentos reformados ou reconicionados. Serão recusados equipamentos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, corrompidos, fraudados, bem como aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação.
4. Caso se julgue necessário a licitante deverá disponibilizar, durante todo o processo de aquisição, maiores informações técnicas a respeito do equipamento para avaliação.
5. A contratada a critério da Secretaria Municipal da Saúde – SMS, deverá fornecer detalhamento técnico da instalação, do equipamento, instruindo, por exemplo, quanto à tensão, corrente elétrica e potência, temperatura, dimensões do local, umidade, partículas ou poluentes, proteção ambiental e aos usuários, risco de acidentes e todas as demais condições necessárias a instalação e funcionamento dos mesmos.
6. Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais, devidamente lacradas e acondicionados de maneira que as suas características originais não sejam danificadas.
7. Durante o processo licitatório ou após o resultado final e chegada do equipamento no local de entrega, a Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal da Saúde/ Superintendência Executiva/ Coordenação de Recursos Materiais, reserva-se o direito de solicitar ou utilizar o produto para avaliação das características técnicas (comparativo entre o descritivo do edital X produto fornecido) antes do seu recebimento oficial. Esta avaliação será realizada em instituição idônea e qualificada, por técnicos e engenheiros.
8. Fica a contratada responsável por vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal dos produtos, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos, obrigando-se a substituir as peças que se fizerem necessárias sem ônus adicional. Uma vez notificada, a contratada deverá realizar a troca ou reparo do itens que apresentarem vícios ou defeitos num prazo de até 15 (quinze) dias úteis.
9. O custo referente ao transporte dos itens a serem instalados, trocados ou reparados será de responsabilidade da contratada.
10. Não poderão ser modificadas as quantidades, unidades e especificações do objeto.
11. O setor solicitante poderá realizar consulta no site do fabricante ou outros que julgar necessário, a fim de instruir a análise dos itens cotados.
12. A aprovação definitiva do equipamento ficará condicionada à validação técnica da integração funcional com o sistema e-saúde em ambiente indicado pela CONTRATANTE, por meio de análise da amostra e prova de conceito para a comprovação dessa integração.
13. Serão aceitos equipamentos de tecnologia superior, desde que atendam a todas as funcionalidades previstas neste descritivo.
14. Os bens poderão ser rejeitados, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
15. A classificação considerará o manual e demais documentos relacionados ao modelo do equipamento ofertado enviado pela empresa licitante participante e/ou acessados no site da ANVISA e/ou site do fabricante, onde serão conferidas todas as características solicitadas no descritivo do equipamento.

16. Deverão ser entregues os seguintes documentos no momento da entrega do item adquirido:

16.1. Carta ou certificado de garantia com, no mínimo 1(um) ano de validade a partir da data de atesto da nota fiscal a ser emitida para o pedido.

16.2. Manual em português para instalação ou montagem e instruções de uso do equipamento, manual de serviços para o usuário.

16.3. Declaração da contratada indicando empresa autorizada em território nacional, localizada preferencialmente em Curitiba e/ou Região Metropolitana que irá realizar a assistência técnica do item (nome, endereço, telefone e endereço eletrônico) durante o prazo de garantia, sem ônus ao contratante.

16.4. Declaração garantindo que as peças de reposição estejam disponíveis para a aquisição por, no mínimo, 10 (dez) anos a contar da data de aceitação do equipamento, sendo que o prazo máximo para o fornecimento de peças de reposição e de insumos após a solicitação, não deve exceder a 30 (trinta) dias.

17. LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados:

17.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, o CONTRATANTE e a CONTRATADA comprometem-se a observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), bem como as normas e orientações expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), obrigando-se a:

- a) Adotar medidas necessárias para assegurar a conformidade de suas operações com a legislação de proteção de dados pessoais;
- b) Garantir que o tratamento de dados pessoais seja realizado de forma adequada, pertinente e limitada ao mínimo necessário para o atendimento das finalidades específicas do contrato;
- c) Manter registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas no âmbito da execução contratual, quando aplicável;
- d) Implementar medidas de segurança técnicas, administrativas e organizacionais aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;
- e) Cooperar mutuamente para o atendimento das obrigações relacionadas ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais, nos termos da legislação vigente;
- f) Orientar e capacitar seus empregados, prepostos, contratados e demais pessoas sob sua responsabilidade quanto às obrigações legais relativas à proteção de dados pessoais, assegurando a confidencialidade das informações acessadas;
- g) Comunicar à outra parte, por escrito e em prazo razoável, a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, incluindo, no mínimo, as informações previstas no §1º do art. 48 da LGPD.

17.2. Sem prejuízo das obrigações previstas no item anterior, a CONTRATADA compromete-se a:

- a) Tomar ciência e observar a Política de Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE;
- b) Fornecer, sempre que solicitado, todas as informações necessárias relacionadas ao tratamento de dados pessoais no âmbito da execução contratual, bem como adotar as medidas indicadas pelo CONTRATANTE, desde que compatíveis com a legislação vigente;
- c) Não subcontratar atividades que envolvam tratamento de dados pessoais sem prévia expressa autorização por escrito do CONTRATANTE, devendo, nessa hipótese, exigir do subcontratado o cumprimento integral das obrigações previstas na LGPD e neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por sua observância;
- d) Encerrar o tratamento de dados pessoais e promover a eliminação segura dos dados, quando aplicável, nas hipóteses previstas no art. 15 da LGPD, ressalvadas as hipóteses legais de conservação.

18. A Pregoeira, a critério do setor solicitante, poderá solicitar das proponentes informações para o correto julgamento e para a aprovação do produto. As informações solicitadas deverão ser apresentadas em até 02 (dois) dias úteis, a partir da solicitação feita através de ofício. A empresa deverá encaminhar as informações solicitadas no endereço que será indicado no documento pela Pregoeira.

O NÃO ATENDIMENTO AO SOLICITADO NESTE ANEXO ACARRETERÁ NA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES PREVISTAS NESTE EDITAL.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
PREGÃO – SMS**

ANEXO C DO TERMO DE REFERÊNCIA –PREGÃO ELETRÔNICO

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A CLASSIFICAÇÃO DA (S) PROPOSTA (S)

1. Após o encerramento da fase de lances, **TODAS AS EMPRESAS PARTICIPANTES** independente da classificação, deverão encaminhar os documentos abaixo indicados, A/C da Pregoeira, nos endereços eletrônicos e no prazo indicado no Edital de Embasamento. **Os documentos serão recebidos no prazo exigido no Edital de Embasamento. A não apresentação dos documentos ou apresentação dos documentos os quais não atendam ao exigido acarretará na desclassificação da proposta.**

1.A. CÓPIA DA LICENÇA SANITÁRIA (dentro de seu prazo de validade) DA EMPRESA LICITANTE. Nos locais onde não seja mais emitido o documento acima, as empresas deverão apresentar cópia do deferimento publicado em Diário Oficial.

1.B. CÓPIA DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO da EMPRESA – AFE da LICITANTE, concedida pelo Ministério da Saúde ou cópia da sua publicação no Diário Oficial da União (dentro de seu prazo de validade). As empresas licitantes deverão cotar os produtos de acordo com o estabelecido na Autorização de Funcionamento, ou seja, ou seja, respeitando o tipo de autorização (produto para saúde, cosmético, medicamento, medicamentos especiais), atividade(s) e classe (s) constante (s) na AFE.

1.C. TERMO DE COMPROMETIMENTO DA PROTEÇÃO DE DADOS, emitido pela licitante, conforme modelo informado no Anexo E.

2. Junto com os documentos solicitados acima (**itens 1.A., 1.B. e 1.C.**), **todas as proponentes**, independente da classificação deverão encaminhar, também, os documentos abaixo indicados, A/C da Pregoeira, nos endereços eletrônicos e no prazo indicado no Edital de Embasamento. **Os documentos serão recebidos no prazo exigido no Edital de Embasamento. A não apresentação dos documentos ou apresentação dos documentos os quais não atendam ao exigido acarretará na desclassificação do(s) item(ns) cotado(s).**

2.A. CÓPIA DA LICENÇA SANITÁRIA (dentro de seu prazo de validade) DO FABRICANTE, caso se trate de produto nacional, **ou do IMPORTADOR**, caso se trate de produto importado. Nos locais onde não seja mais emitido este documento, as empresas deverão apresentar cópia do deferimento publicado em Diário Oficial. **(Essa exigência aplica-se também ao software, se em registros independentes).**

2.B. CÓPIA DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DO FABRICANTE NACIONAL, concedida pelo Ministério da Saúde, ou do importador caso se trate de produto importado. **(Essa exigência aplica-se também ao software, se em registros independentes).**

2.C. CÓPIA DA CERTIDÃO DE REGISTRO, CADASTRO ou NOTIFICAÇÃO DO PRODUTO (abrangendo o hardware e o software, seja em registro único ou registros independentes) NO MINISTÉRIO DA SAÚDE ou Cópia legível da publicação no DIÁRIO OFICIAL ou Cópia da Solicitação de Revalidação dentro do prazo previsto em lei ou ainda do Certificado de Isenção de Registro, SE FOR O CASO.

2.C.1. O Número de Registro do produto deverá corresponder àquele concedido pelo Ministério da Saúde para o produto cotado. Não serão aceitos números de protocolos de registro, somente serão aceitos números de protocolos de revalidação de registro.

OBSERVAÇÃO: Os documentos listados no item 2.C. deste Anexo **não serão exigidos para os smartphones** que deverão ser entregues em conjunto com os itens: **03 – (DERMATOSCÓPIO DIGITAL), 05 – (DERMATOSCÓPIO DIGITAL (COTA ME/EPP/MEI)), 04 – (RETINÓGRAFO DIGITAL) e 09 – (RETINÓGRAFO DIGITAL (COTA ME/EPP/MEI)).** **No entanto, os documentos listados no item 2.C. deste Anexo são obrigatórios para todos os itens deste processo.**

2.D. CATÁLOGO, MANUAL OU DOCUMENTO EQUIVALENTE DO EQUIPAMENTO OU DESCRITIVO TÉCNICO DETALHADO, contendo as informações necessárias para comparar o seu descritivo técnico com o solicitado no anexo A deste edital.

Quando o mesmo estiver em língua estrangeira deverá apresentar tradução, legalizada na forma da legislação brasileira.

OBSERVAÇÕES:

1. As licitantes ficam responsáveis pela veracidade dos documentos apresentados, os quais são exigidos neste anexo.
2. Para os documentos solicitados que forem emitidos pela internet, o setor solicitante conferirá a autenticidade nos respectivos sítios eletrônicos.

OS DOCUMENTOS EXIGIDOS NESTE ANEXO DEVERÃO SER ENCAMINHADOS POR EMAIL, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE E NÚMERO DO PREGÃO.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
PREGÃO – SMS**

ANEXO D DO TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

METODOLOGIA DE ANÁLISE DAS AMOSTRAS E CONDIÇÕES PARA A PROVA DE CONCEITO

1. Após análise e aprovação dos documentos exigidos no termo de referência, a Pregoeira solicitará à empresa licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, a apresentação da amostra e realização da Prova de Conceito (PoC), conforme as regras e condições estabelecidas neste anexo. A prova de conceito tem por objetivo verificar conformidade do equipamento ofertado com as exigências deste termo de referência, com a legislação vigente e a LGPD, em ambiente controlado.

2. A licitante classificada provisoriamente com menor preço terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da convocação oficial por meio de ofício, para disponibilizar, instalar e configurar os equipamentos e softwares no ambiente controlado indicado pela equipe técnica da contratante, deixando a solução integralmente apta para o início dos testes.

3. A execução da presente prova de conceito e a aplicação de todos os seus ciclos avaliativos terão a duração máxima de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da validação da instalação inicial pela equipe técnica, devendo ser concluída dentro do horário de expediente do órgão.

4. A licitante vencedora ou participante deverá apresentar, às suas expensas, 01 (um) exemplar do equipamento ofertado, acompanhado de todos os acessórios listados no descritivo, além de disponibilizar técnico especializado para instalação, configuração e demonstração das funcionalidades.

5. Prazos: A licitante terá **10 (dez) dias úteis** para disponibilizar, instalar e configurar a solução no ambiente indicado pela equipe técnica. A execução dos ciclos avaliativos terá duração máxima de **mais 10 (dez) dias úteis**, contados da validação da instalação inicial, dentro do horário de expediente do órgão.

6. Responsabilidades e custos: Todos os custos com transporte, instalação, configuração, técnicos, eventuais gateways, middlewares, SDKs, licenças de nuvem ou aplicativos intermediários correm por conta da licitante, devendo estar integralmente inclusos no valor final do equipamento, sem qualquer custo adicional de assinatura ou hospedagem para a contratante. A infraestrutura de rede (internet) e os computadores do serviço de saúde serão fornecidos pelo órgão, cabendo à licitante garantir a compatibilidade com os protocolos de segurança internos.

7. Tratamento de dados: Os dados coletados durante a PoC serão utilizados exclusivamente para fins de teste de performance, devendo ser descartados ou anonimizados ao final da avaliação.

8. Da participação dos demais interessados:

8.1. Em estrita observância aos princípios da publicidade, transparência e controle social, a Prova de Conceito será realizada em sessão pública, permitindo-se o acompanhamento por representantes das demais licitantes.

8.2. A data, horário e local da Prova de Conceito serão divulgados com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, por meio de publicação de Comunicado no Sistema e-compras (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

8.3. Será permitido somente 01 (um) representante por empresas interessadas para acompanhar a realização da Prova de Conceito.

8.4. Para garantir a ordem e a fluidez dos trabalhos, a participação dos demais interessados seguirá as seguintes regras:

- a) Os representantes das demais empresas participarão apenas como ouvintes/observadores, não podendo intervir na execução dos testes ou na configuração dos equipamentos da concorrente;
- b) Não será permitida a entrada de observadores portando aparelhos celulares, smartphones, tablets ou notebooks, ou qualquer outro equipamento de comunicação e acesso às redes sociais;
- c) Todos os presentes deverão se identificar mediante assinatura na lista de presença e apresentação de documento oficial ou procuração;
- d) É terminantemente proibido aos representantes das demais empresas intervir, interromper, questionar ou dar instruções à licitante que estiver executando a prova, bem como à equipe de Avaliação durante a realização dos testes;
- e) Eventuais questionamentos técnicos sobre a execução da Prova de Conceito deverão ser registrados formalmente por escrito ao final da sessão, para análise posterior da equipe técnica do contratante.

8. 5. Qualquer perturbação durante a prova de conceito está sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

ETAPAS DA AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS E PROVAS DE CONCEITO POR ITEM:

ITENS 01 e 08 – CÓDIGOS 65.08.05.62357-4 – ESPIRÔMETROS DIGITAL PARA TELESSAÚDE e 65.08.05.88224-6 – ESPIRÔMETROS DIGITAL PARA TELESSAÚDE (COTA ME/EPP/MEI)

1. Da convocação e do prazo para instalação

A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da convocação oficial por meio de ofício, para disponibilizar, instalar e configurar os equipamentos e softwares no ambiente controlado indicado pela equipe técnica da contratante, deixando a solução integralmente apta para o início dos testes.

2. Da entrega dos equipamentos e documentação técnica obrigatória

A licitante deverá fornecer, no mesmo prazo:

- a) 1 (uma) unidade de cada modelo ofertado, com todos os acessórios e licenças;
- b) Protocolo de comunicação (API REST, Web services, Bluetooth BLE 5.0, USB, Wi-Fi, Ethernet/LAN, HL7, GDT, FHIR, DICOM, XML, CSV, PDF, Exchange Protocol ou protocolo proprietário documentado);
- c) SDK e/ou API de integração;
- d) Especificação dos formatos de saída dos dados (ex.: CSV, XML, PDF, FHIR, DICOM);
- e) Manual de operação em língua portuguesa;
- f) Credenciais de acesso, chaves, tokens ou quaisquer meios necessários à integração.

3. Da duração da Prova de Conceito

A execução da presente Prova de Conceito e a aplicação de todos os seus ciclos avaliativos terão a duração máxima de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da validação da instalação inicial pela equipe técnica da contratante, devendo ser concluída dentro do horário de expediente do órgão.

4. Da participação da contratante e dos ajustes no sistema e-Saúde

Durante o período da PoC, a Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba realizará, em até 10 (dez) dias úteis, os ajustes necessários no sistema próprio (e-Saúde) para promover a captura dos dados dos aparelhos disponibilizados, com base na documentação técnica fornecida pela empresa licitante.

4.1. A empresa licitante disporá de 10 (dez) dias úteis, contados da validação da instalação inicial pela equipe técnica da Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, para demonstrar todas as funcionalidades do equipamento, prazo que correrá em paralelo ao período de ajustes de que trata o caput.

5. Do apoio da contratada e prorrogação

Caso a SMS identifique dificuldades ou falhas na captura dos dados, a contratada será formalmente comunicada e deverá prestar o apoio técnico necessário. Poderá ser concedida prorrogação de até 15 (quinze) dias úteis para conclusão da integração.

6. Do veredito

Ao final do período, a área técnica emitirá veredito "Atende" ou "Não Atende" para cada item. O teste de que trata o item 7 será exigido apenas quando a natureza do equipamento o justificar, a critério da área técnica.

7. Dos testes obrigatórios

Serão realizados, no mínimo, os seguintes testes:

1. Captura de um exame espirométrico (curvas fluxo-volume e volume-tempo) e envio ao prontuário;
2. Gravação com identificação do paciente, data/hora e equipamento;
3. Anexação correta ao prontuário, com arquivo íntegro e reproduzível;
4. Formato aberto ou documentado (CSV, XML, PDF, FHIR, DICOM), sem depender de aplicativo proprietário ou nuvem do fabricante;
5. Funcionamento no ambiente do órgão (SO, rede, Bluetooth/USB) e comportamento offline;
6. Segurança e LGPD: autenticação, criptografia em trânsito e nenhum dado passando por servidor do fabricante sem previsão;
7. Quando aplicável à natureza do equipamento, comprovação de integração com sistemas de imagem e PACS, incluindo, se for o caso, worklist bidirecional (Modality Worklist – MWL) e/ou mecanismo equivalente de associação automática entre ordem de serviço e exame.

8. Da desclassificação

O veredito "Não Atende" implicará a desclassificação da licitante e a convocação do próximo colocado, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

9. Demais condições

A área técnica emitirá parecer referente à Prova de Conceito, que será anexado ao processo de contratação. Todos os custos com transporte, instalação, configuração e técnicos são de responsabilidade exclusiva da licitante. A infraestrutura de rede (internet) será fornecida pelo órgão, cabendo à licitante garantir a compatibilidade de sua solução com os protocolos de segurança internos.

O não cumprimento de qualquer etapa ou a falha em requisitos críticos poderá acarretar a desclassificação da licitante. A critério da equipe técnica, poderão ser realizados testes adicionais para verificar a plena conformidade com o descritivo técnico e Requisitos de Interoperabilidade e Integração com o Sistema e-Saúde (Anexo A).

ITENS 02 e 07 – CÓDIGOS 65.09.05.81201-7 – SISTEMA DE DIGITALIZAÇÃO DE IMAGENS RADIOGRÁFICAS PARA EXAME INTRAORAL e 65.09.05.88217-8 – SISTEMA DE DIGITALIZAÇÃO DE IMAGENS RADIOGRÁFICAS PARA EXAME INTRAORAL (COTA ME/EPP/MEI)

1. Da convocação e do prazo para instalação

A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da convocação oficial por meio de ofício, para disponibilizar, instalar e configurar os equipamentos e softwares no ambiente controlado indicado pela equipe técnica da contratante, deixando a solução integralmente apta para o início dos testes.

2. Da entrega dos equipamentos e documentação técnica obrigatória

A licitante deverá fornecer, no mesmo prazo:

- a) 1 (uma) unidade de cada modelo ofertado, com todos os acessórios e licenças;
- b) Protocolo de comunicação (API REST, Web services, Bluetooth BLE 5.0, USB, Wi-Fi, Ethernet/LAN, HL7, FHIR, DICOM, XML, CSV ou protocolo proprietário documentado);
- c) SDK e/ou API de integração;
- d) Especificação dos formatos de saída dos dados (ex.: JPEG, PNG, PDF, DICOM, FHIR);
- e) Manual de operação em língua portuguesa;
- f) Credenciais de acesso, chaves, tokens ou quaisquer meios necessários à integração.

3. Da duração da Prova de Conceito

A execução da presente Prova de Conceito e a aplicação de todos os seus ciclos avaliativos terão a duração máxima de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da validação da instalação inicial pela equipe técnica da contratante, devendo ser concluída dentro do horário de expediente do órgão.

4. Da participação da contratante e dos ajustes no sistema e-Saúde

Durante o período da PoC, a Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba realizará, em até 10 (dez) dias úteis, os ajustes necessários no sistema próprio (e-Saúde) para promover a captura dos dados dos aparelhos disponibilizados, com base na documentação técnica fornecida pela empresa licitante.

4.1. A empresa licitante disporá de 10 (dez) dias úteis, contados da validação da instalação inicial pela equipe técnica da Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, para demonstrar todas as funcionalidades do equipamento, prazo que correrá em paralelo ao período de ajustes de que trata o caput.

5. Do apoio da contratada e prorrogação

Caso a SMS identifique dificuldades ou falhas na captura dos dados, a contratada será formalmente comunicada e deverá prestar o apoio técnico necessário. Poderá ser concedida prorrogação de até 15 (quinze) dias úteis para conclusão da integração.

6. Do veredito

Ao final do período, a área técnica emitirá veredito "Atende" ou "Não Atende" para cada item. O teste de que trata o item 7. será exigido apenas quando a natureza do equipamento o justificar, a critério da área técnica.

7. Dos testes obrigatórios

Serão realizados, no mínimo, os seguintes testes:

1. Captura de uma imagem radiográfica intraoral digitalizada e envio ao prontuário;
2. Gravação com identificação do paciente, data/hora e equipamento;
3. Anexação correta ao prontuário, com arquivo íntegro e reproduzível (imagem abre sem perda);
4. Formato aberto ou documentado (JPEG, PNG, PDF, DICOM, FHIR), sem depender de aplicativo proprietário ou nuvem do fabricante;
5. Funcionamento no ambiente do órgão (SO, rede, Bluetooth/USB) e comportamento offline;
6. Segurança e LGPD: autenticação, criptografia em trânsito e nenhum dado passando por servidor do fabricante sem previsão;
7. Quando aplicável à natureza do equipamento, comprovação de integração com sistemas de imagem e PACS, incluindo, se for o caso, worklist bidirecional (Modality Worklist – MWL) e/ou mecanismo equivalente de associação automática entre ordem de serviço e exame.

8. Da desclassificação

O veredito "Não Atende" implicará a desclassificação da licitante e a convocação do próximo colocado, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

9. Demais condições

A área técnica emitirá parecer referente à Prova de Conceito, que será anexado ao processo de contratação. Todos os custos com transporte, instalação, configuração e técnicos são de responsabilidade exclusiva da licitante. A infraestrutura de rede (internet) será fornecida pelo órgão, cabendo à licitante garantir a compatibilidade de sua solução com os protocolos de segurança internos. O não cumprimento de qualquer etapa ou a falha em requisitos críticos poderá acarretar a desclassificação da licitante. A critério da equipe técnica, poderão ser realizados testes adicionais para verificar a plena conformidade com o descritivo técnico e Requisitos de Interoperabilidade e Integração com o Sistema e-Saúde (Anexo A).

ITENS 03 e 05 – CÓDIGOS 65.08.05.84462-9 – DERMATOSCÓPIO DIGITAL e 65.08.05.85726-0 – DERMATOSCÓPIO DIGITAL (COTA ME/EPP/MEI)

1. Da convocação e do prazo para instalação

A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da convocação oficial por meio de ofício, para disponibilizar, instalar e configurar os equipamentos e softwares no ambiente controlado indicado pela equipe técnica da contratante, deixando a solução integralmente apta para o início dos testes.

2. Da entrega dos equipamentos e documentação técnica obrigatória

A licitante deverá fornecer, no mesmo prazo:

- a) 1 (uma) unidade de cada modelo ofertado, com todos os acessórios e licenças;
- b) Protocolo de comunicação (API REST, Web services, Bluetooth BLE 5.0, USB, Wi-Fi, Ethernet/LAN, HL7, FHIR, DICOM, XML, CSV ou protocolo proprietário documentado);
- c) SDK e/ou API de integração;
- d) Especificação dos formatos de saída dos dados (ex.: JPEG, PNG, DICOM, PDF, FHIR);
- e) Manual de operação em língua portuguesa;
- f) Credenciais de acesso, chaves, tokens ou quaisquer meios necessários à integração.

3. Da duração da Prova de Conceito

A execução da presente Prova de Conceito e a aplicação de todos os seus ciclos avaliativos terão a duração máxima de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da validação da instalação inicial pela equipe técnica da contratante, devendo ser concluída dentro do horário de expediente do órgão.

4. Da participação da contratante e dos ajustes no sistema e-Saúde

Durante o período da PoC, a Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba realizará, em até 10 (dez) dias úteis, os ajustes necessários no sistema próprio (e-Saúde) para promover a captura dos dados dos aparelhos disponibilizados, com base na documentação técnica fornecida pela empresa licitante.

4.1. A empresa licitante disporá de 10 (dez) dias úteis, contados da validação da instalação inicial pela equipe técnica da Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, para demonstrar todas as funcionalidades do equipamento, prazo que correrá em paralelo ao período de ajustes de que trata o caput.

5. Do apoio da contratada e prorrogação

Caso a SMS identifique dificuldades ou falhas na captura dos dados, a contratada será formalmente comunicada e deverá prestar o apoio técnico necessário. Poderá ser concedida prorrogação de até 15 (quinze) dias úteis para conclusão da integração.

6. Do veredito

Ao final do período, a área técnica emitirá veredito "Atende" ou "Não Atende" para cada item. O teste de que trata o item 7 será exigido apenas quando a natureza do equipamento o justificar, a critério da área técnica.

7. Dos testes obrigatórios

Serão realizados, no mínimo, os seguintes testes:

1. Captura de uma imagem dermatológica e envio ao prontuário;
2. Gravação com identificação do paciente, data/hora e equipamento;
3. Anexação correta ao prontuário, com arquivo íntegro e reproduzível (imagem abre sem perda);
4. Formato aberto ou documentado (JPEG, PNG, DICOM, FHIR), sem depender de aplicativo proprietário ou nuvem do fabricante;
5. Funcionamento no ambiente do órgão (SO, rede, Bluetooth/USB) e comportamento offline;
6. Segurança e LGPD: autenticação, criptografia em trânsito e nenhum dado passando por servidor do fabricante sem previsão;
7. Quando aplicável à natureza do equipamento, comprovação de integração com sistemas de imagem e PACS, incluindo, se for o caso, worklist bidirecional (Modality Worklist – MWL) e/ou mecanismo equivalente de associação automática entre ordem de serviço e exame.

8. Da desclassificação

O veredito "Não Atende" implicará a desclassificação da licitante e a convocação do próximo colocado, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

9. Demais condições

A área técnica emitirá parecer referente à Prova de Conceito, que será anexado ao processo de contratação. Todos os custos com transporte, instalação, configuração e técnicos são de responsabilidade exclusiva da licitante. A infraestrutura de rede (internet) será fornecida pelo órgão, cabendo à licitante garantir a compatibilidade de sua solução com os protocolos de segurança internos. O não cumprimento de qualquer etapa ou a falha em requisitos críticos poderá acarretar a desclassificação da licitante. A critério da equipe técnica, poderão ser realizados testes adicionais para verificar a plena conformidade com o descritivo técnico e Requisitos de Interoperabilidade e Integração com o Sistema e-Saúde (Anexo A).

ITENS 04 e 09 – CÓDIGOS 65.08.05.84503-7 – RETINÓGRAFO DIGITAL e 65.08.05.88226-3 – RETINÓGRAFO DIGITAL (COTA ME/EPP/MEI)

1. Da convocação e do prazo para instalação

A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da convocação oficial por meio de ofício, para disponibilizar, instalar e configurar os equipamentos e softwares no ambiente controlado indicado pela equipe técnica da contratante, deixando a solução integralmente apta para o início dos testes.

2. Da entrega dos equipamentos e documentação técnica obrigatória

A licitante deverá fornecer, no mesmo prazo:

- a) 1 (uma) unidade de cada modelo ofertado, com todos os acessórios e licenças;
- b) Protocolo de comunicação (API REST, Web services, Bluetooth BLE 5.0, USB, Wi-Fi, Ethernet/LAN, HL7, FHIR, DICOM, XML, CSV ou protocolo proprietário documentado);
- c) SDK e/ou API de integração;
- d) Especificação dos formatos de saída dos dados (ex.: JPEG, PDF, DICOM, FHIR);
- e) Manual de operação em língua portuguesa;
- f) Credenciais de acesso, chaves, tokens ou quaisquer meios necessários à integração.

3. Da duração da Prova de Conceito

A execução da presente Prova de Conceito e a aplicação de todos os seus ciclos avaliativos terão a duração máxima de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da validação da instalação inicial pela equipe técnica da contratante, devendo ser concluída dentro do horário de expediente do órgão.

4. Da participação da contratante e dos ajustes no sistema e-Saúde

Durante o período da PoC, a Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba realizará, em até 10 (dez) dias úteis, os ajustes necessários no sistema próprio (e-Saúde) para promover a captura dos dados dos aparelhos disponibilizados, com base na documentação técnica fornecida pela empresa licitante.

4.1. A empresa licitante disporá de 10 (dez) dias úteis, contados da validação da instalação inicial pela equipe técnica da Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, para demonstrar todas as funcionalidades do equipamento, prazo que correrá em paralelo ao período de ajustes de que trata o caput.

5. Do apoio da contratada e prorrogação

Caso a SMS identifique dificuldades ou falhas na captura dos dados, a contratada será formalmente comunicada e deverá prestar o apoio técnico necessário. Poderá ser concedida prorrogação de até 15 (quinze) dias úteis para conclusão da integração.

6. Do veredito

Ao final do período, a área técnica emitirá veredito "Atende" ou "Não Atende" para cada item. O teste de que trata o item 7 será exigido apenas quando a natureza do equipamento o justificar, a critério da área técnica.

7. Dos testes obrigatórios

Serão realizados, no mínimo, os seguintes testes:

1. Captura de uma imagem retiniana (colorido, red free, infravermelho) e envio ao prontuário;
2. Gravação com identificação do paciente, data/hora e equipamento;
3. Anexação correta ao prontuário, com arquivo íntegro e reproduzível (imagem abre sem perda);
4. Formato aberto ou documentado (JPEG, PDF, DICOM, FHIR), sem depender de aplicativo proprietário ou nuvem do fabricante;
5. Funcionamento no ambiente do órgão (SO, rede, Bluetooth/USB) e comportamento offline;
6. Segurança e LGPD: autenticação, criptografia em trânsito e nenhum dado passando por servidor do fabricante sem previsão;

7. Quando aplicável à natureza do equipamento, comprovação de integração com sistemas de imagem e PACS, incluindo, se for o caso, worklist bidirecional (Modality Worklist – MWL) e/ou mecanismo equivalente de associação automática entre ordem de serviço e exame.

8. Da desclassificação

O veredito "Não Atende" implicará a desclassificação da licitante e a convocação do próximo colocado, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

9. Demais condições

A área técnica emitirá parecer referente à Prova de Conceito, que será anexado ao processo de contratação. Todos os custos com transporte, instalação, configuração e técnicos são de responsabilidade exclusiva da licitante. A infraestrutura de rede (internet) será fornecida pelo órgão, cabendo à licitante garantir a compatibilidade de sua solução com os protocolos de segurança internos. O não cumprimento de qualquer etapa ou a falha em requisitos críticos poderá acarretar a desclassificação da licitante. A critério da equipe técnica, poderão ser realizados testes adicionais para verificar a plena conformidade com o descritivo técnico e Requisitos de Interoperabilidade e Integração com o Sistema e-Saúde (Anexo A).

ITENS 06 e 10 – CÓDIGOS 65.08.05.87715-1 – OTOSCÓPIO DIGITAL PARA TELESSAÚDE e 65.08.05.88227-7 – OTOSCÓPIO DIGITAL PARA TELESSAÚDE (COTA ME/EPP/MEI)

1. Da convocação e do prazo para instalação

A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da convocação oficial por meio de ofício, para disponibilizar, instalar e configurar os equipamentos e softwares no ambiente controlado indicado pela equipe técnica da contratante, deixando a solução integralmente apta para o início dos testes.

2. Da entrega dos equipamentos e documentação técnica obrigatória

A licitante deverá fornecer, no mesmo prazo:

- a) 1 (uma) unidade de cada modelo ofertado, com todos os acessórios e licenças;
- b) Protocolo de comunicação (API REST, Web services, Bluetooth BLE 5.0, USB, Wi-Fi, Ethernet/LAN, HL7, FHIR, DICOM, XML, CSV ou protocolo proprietário documentado);
- c) SDK e/ou API de integração;
- d) Especificação dos formatos de saída dos dados (ex.: JPEG, PNG, MP4, WAV, MP3, FHIR);
- e) Manual de operação em língua portuguesa; f) Credenciais de acesso, chaves, tokens ou quaisquer meios necessários à integração.

3. Da duração da Prova de Conceito

A execução da presente Prova de Conceito e a aplicação de todos os seus ciclos avaliativos terão a duração máxima de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da validação da instalação inicial pela equipe técnica da contratante, devendo ser concluída dentro do horário de expediente do órgão.

4. Da participação da contratante e dos ajustes no sistema e-Saúde

Durante o período da PoC, a Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba realizará, em até 10 (dez) dias úteis, os ajustes necessários no sistema próprio (e-Saúde) para promover a captura dos dados dos aparelhos disponibilizados, com base na documentação técnica fornecida pela empresa licitante.

4.1. A empresa licitante disporá de 10 (dez) dias úteis, contados da validação da instalação inicial pela equipe técnica da Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, para demonstrar todas as funcionalidades do equipamento, prazo que correrá em paralelo ao período de ajustes de que trata o caput.

5. Do apoio da contratada e prorrogação

Caso a SMS identifique dificuldades ou falhas na captura dos dados, a contratada será formalmente comunicada e deverá prestar o apoio técnico necessário. Poderá ser concedida prorrogação de até 15 (quinze) dias úteis para conclusão da integração.

6. Do veredito

Ao final do período, a área técnica emitirá veredito "Atende" ou "Não Atende" para cada item. O teste de que trata o item 7. será exigido apenas quando a natureza do equipamento o justificar, a critério da área técnica.

7. Dos testes obrigatórios

Serão realizados, no mínimo, os seguintes testes:

1. Captura de uma imagem/vídeo do otoscópio (e áudio de ausculta, quando aplicável) e envio ao prontuário;
2. Gravação com identificação do paciente, data/hora e equipamento;
3. Anexação correta ao prontuário, com arquivo íntegro e reproduzível (imagem ou áudio abre sem perda);
4. Formato aberto ou documentado (JPEG, PNG, MP4, WAV, MP3, FHIR), sem depender de aplicativo proprietário ou nuvem do fabricante;
5. Funcionamento no ambiente do órgão (SO, rede, Bluetooth/USB) e comportamento offline;

6. Segurança e LGPD: autenticação, criptografia em trânsito e nenhum dado passando por servidor do fabricante sem previsão;
7. Quando aplicável à natureza do equipamento, comprovação de integração com sistemas de imagem e PACS, incluindo, se for o caso, worklist bidirecional (Modality Worklist – MWL) e/ou mecanismo equivalente de associação automática entre ordem de serviço e exame.

8. Da desclassificação

O veredito "Não Atende" implicará a desclassificação da licitante e a convocação do próximo colocado, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

9. Demais condições

A área técnica emitirá parecer referente à Prova de Conceito, que será anexado ao processo de contratação. Todos os custos com transporte, instalação, configuração e técnicos são de responsabilidade exclusiva da licitante. A infraestrutura de rede (internet) será fornecida pelo órgão, cabendo à licitante garantir a compatibilidade de sua solução com os protocolos de segurança internos. O não cumprimento de qualquer etapa ou a falha em requisitos críticos poderá acarretar a desclassificação da licitante. A critério da equipe técnica, poderão ser realizados testes adicionais para verificar a plena conformidade com o descritivo técnico e Requisitos de Interoperabilidade e Integração com o Sistema e-Saúde (Anexo A).

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
PREGÃO – SMS**

ANEXO E DO TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

**TERMO DE COMPROMETIMENTO DA PROTEÇÃO DE DADOS
(MODELO)**

[Razão Social] _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede _____, por intermédio de seu representante legal _____, CPF nº _____, designa como encarregado de Dados da CONTRATADA o/a Sr.(a) _____ (Cargo e Nome) inscrito no CPF/MF nº (_____), e-mail xxx@xxx.com.br e telefone (____) _____ e ainda se compromete a seguir a legislação vigente de Proteção de Dados referente todas as informações decorrentes da prestação dos serviços relacionados ao objeto contratual de acordo com o disposto no Edital de Embasamento e seus Anexos.

Caso seja descumprida quaisquer obrigações previstas no Edital de Embasamento e seus Anexos estaremos sujeitos às implicações e sanções de cunho civil e criminal cabíveis.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente Termo.

Curitiba, xx de xxxxxxxx de 20xx.

**Assinatura devidamente identificada do representante
da empresa proponente**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
PREGÃO – SMS**

ANEXO II DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026

DOCUMENTOS EXIGIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA

Os documentos exigidos no Anexo C do Termo de Referência deverão ser encaminhados para os seguintes endereços eletrônicos: raandrade@sms.curitiba.pr.gov.br e cplsms@sms.curitiba.pr.gov.br, A/C da Sra. Rafaela de Assis Andrade (Pregoeira). Os documentos serão recebidos até às 18:00 horas do dia 10/11/2026 (terça-feira). A NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS ACARRETARÁ NA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA/ITEM.

OBSERVAÇÕES:

1. As licitantes ficam responsáveis pela veracidade dos documentos apresentados, os quais são exigidos neste anexo.
2. Para os documentos solicitados que forem emitidos pela internet, o setor solicitante conferirá a autenticidade nos respectivos sítios eletrônicos.

OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER ENCAMINHADOS POR E-MAIL, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE E NÚMERO DO PREGÃO.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
PREGÃO – SMS**

ANEXO III DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026

DECLARAÇÕES QUE SERÃO EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO

Após o julgamento da(s) proposta(s), a Pregoeira solicitará para a(s) empresa(s) classificada(s) com menor preço as declarações relacionadas abaixo, as quais estão previstas para habilitação no Decreto Municipal nº 2067/2025. As declarações serão solicitadas por meio de Ofício, que será inserido no sistema e-compras e deverão ser apresentadas por e-mail, em **02 (dois) dias úteis, a contar da data da inserção do Ofício no sistema e-compras. A não apresentação das declarações acarretará na inabilitação da empresa.**

- A) DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 98, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CURITIBA, assinada pelo Representante Legal da LICITANTE, conforme modelo o qual será enviado junto com Ofício. (ART. 13, INCISO I, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 2067/2025)**
- B) DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 78, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CURITIBA, assinada pelo Representante Legal da LICITANTE, conforme modelo o qual será enviado junto com Ofício. (ART. 13, INCISO II, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 2067/2025)**
- C) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, assinada pelo Representante Legal da LICITANTE, conforme modelo o qual será enviado junto com Ofício. (ART. 13, INCISO III, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 2067/2025)**
- D) DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO REQUISITOS HABILITAÇÃO E CONFORMIDADE PROPOSTA, assinada pelo Representante Legal da LICITANTE, conforme modelo o qual será enviado junto com Ofício. (ART. 13, INCISO IV, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 2067/2025)**
- E) DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 68, VI, DA LEI 14.133/2021 E ART. 7º, INC. XXXIII DA CF assinada pelo Representante Legal da LICITANTE, conforme modelo o qual será enviado junto com Ofício. (ART. 5º, INCISO VI, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 2067/2025)**
- F) DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGOS, assinada pelo Representante Legal da LICITANTE, conforme modelo o qual será enviado junto com Ofício. (ART. 5º, INCISO VII, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 2067/2025)**
- G) DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE, assinada pelo Representante Legal da LICITANTE, conforme modelo o qual será enviado junto com Ofício. (DECRETO MUNICIPAL Nº 1346/2023)**

***** APENAS PARA MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) *****

- H) DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO § 2º DO ART. 4º DA LEI FEDERAL 14.133/2021, assinada pelo Representante Legal da LICITANTE, conforme modelo o qual será enviado junto com Ofício. (§ 2º DO ART. 4º DA LEI FEDERAL 14.133/2021)**

OBSERVAÇÕES:

A licitante fica responsável pela veracidade do(s) documento(s) apresentado(s) exigido(s) neste anexo.

OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER ENCAMINHADOS POR E-MAIL, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE E NÚMERO DO PREGÃO.